

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-3-2018.

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, Luisa Stern, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Natalia Alves, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 379/17 (Processo nº 3230/17), de autoria de Marcelo Sgarbossa, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 004/18 (Processo nº 0130/18), de autoria de Rodrigo Maroni. A seguir, a Presidenta declarou empossadas na vereança, após a entrega de seus Diplomas e declarações públicas de bens, bem como da prestação do compromisso legal, do dia sete ao dia nove de março do corrente, Luisa Stern e Natalia Alves, em substituição, respectivamente, a Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa, informando-lhes que integrariam, respectivamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente e a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foram apregoadas Declarações firmadas por Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, informando os impedimentos de Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Braga, Pedro Leonardo da Luz Loss, Professor Bernardo, Reginete Bispo, Thais Maria Ferreira Sampaio, Samir Sanches Squeff, Lídio Santos, Manoel Rocha da Rosa, Angelo Renato Haag de Oliveira, Daniel Fortuna Damiani, Marcelo Pereira da Silva, Yuri Santanna dos Santos, Flavio Ricardo Paim, Iyá Vera Soares, Carolina Rouseff, Mario Dagoberto Abreu Quadros, Evandro dos Santos Rosa, Daniel Christian Araujo de Sousa, Hosana Maria Fonseca Piccardi, Sandro Rafael Martins dos Santos e Roberto Andre Mazzocco em assumirem a vereança do dia sete ao dia nove de março do corrente. Em continuidade, a Presidenta concedeu a palavra a Luisa Stern e a Natalia Alves, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Adeli Sell, Mauro Zacher, Sofia Cavedon, Moisés Barboza, Rodrigo Maroni, Fernanda Melchionna e Cláudio Janta. Na ocasião, foi apregoado o Ofício nº 154/18, do Prefeito, informando que se ausentaria do Município das dezenove horas do dia seis ao dia sete de março do corrente, a fim de participar de reunião com o Presidente da República, em Brasília – DF. Às quinze horas e vinte e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei do

Executivo nº 024/17 (Processo nº 2745/17), com Veto Parcial, discutido por André Carús, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Adeli Sell, José Freitas, Dr. Thiago, João Carlos Nedel, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Cassio Trogildo, Luisa Stern, Airto Ferronato, Moisés Barboza, Cláudio Janta, Adeli Sell e Felipe Camozzato. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando votação conjunta dos Requerimentos solicitando votação em destaque de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17. Foram votados conjuntamente e aprovados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17: de autoria de João Bosco Vaz, com referência à Emenda nº 01; de autoria de Aldacir Oliboni, com referência às Emendas nºs 25 e 28; de autoria de André Carús, com referência à Subemenda nº 01 à Emenda nº 16 e à Emenda nº 54; de autoria de Cláudio Janta, com referência à Emenda nº 75; de autoria de Fernanda Melchionna, com referência à Emenda nº 86; de autoria de Mônica Leal, com referência à Emenda nº 96; de autoria de Roberto Robaina, com referência à Emenda nº 101; de autoria de Sofia Cavedon, com referência à Emenda nº 147. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, Fernanda Melchionna e Natalia Alves cederam seus tempos de discussão, respectivamente, a Cláudio Janta e Adeli Sell. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, considerando-se mantido o Veto oposto, por dezessete votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por João Bosco Vaz, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Luciano Marcantônio, Cláudio Janta e João Carlos Nedel, tendo votado Sim Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Luisa Stern, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Natalia Alves, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Adeli Sell, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Resolução nºs 066 e 060/17, este discutido por Cláudio Janta; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 003/18 e 345, 347 e 209/17, este discutido por Sofia Cavedon. Durante a Sessão, foi registrada a presença de Nelsinho Metalúrgico, deputado estadual. Às dezoito horas e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Registro a presença do Deputado Estadual Nelsinho Metalúrgico, do PT; seja muito bem vindo no Legislativo da Capital.

O Ver. Aldacir Oliboni se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares, no período de 07 a 09 de março de 2018. A Suplente Luisa Stern, em

função da impossibilidade de os Suplentes Eng^o Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Braga, Pedro Leonardo da Luz Loss, Professor Bernardo, Reginete Bispo, Thais Maria Ferreira Sampaio, Samir Sanches Squeff, Lídio Santos, Manoel Rocha da Rosa, Angelo Renato Haag de Oliveira, Daniel Fortuna Damiani, Marcelo Pereira da Silva, Yuri Santanna dos Santos, Flavio Ricardo Paim e Iyá Vera Soares assumirem a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Aldacir Oliboni. Solicito à Suplente Luisa Stern que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que a Suplente Luisa Stern prestará a seguir.

A SRA. LUISA STERN: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Declaro empossada a Ver.^a Luisa Stern. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Luisa Stern, V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente - COSMAM.

O Ver. Marcelo Sgarbossa se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 07 ao dia 09 de março de 2018. A Suplente Natalia Alves, em função da impossibilidade de os Suplentes Carolina Rousseff, Mario Dagoberto Abreu Quadros, Evandro dos Santos Rosa, Daniel Christian Araujo de Sousa, Hosana Maria Fonseca Piccardi, Sandro Rafael Martins dos Santos e Roberto Andre Mazzocco assumirem a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Marcelo Sgarbossa. Solicito à Suplente Natalia Alves que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que a Suplente Natalia Alves prestará a seguir.

A SRA. NATALIA ALVES: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Declaro empossada a Ver.^a Natalia Alves. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Natalia Alves, V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

A Ver.^a Luisa Stern está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

A SRA. LUISA STERN: Boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde, Ver.^a Mônica Leal, Presidente da Câmara Municipal, em seu nome, saúdo todos os demais colegas Vereadores e Vereadoras. Este dia é muito importante, é um verdadeiro marco na história da nossa Cidade. É a primeira vez que uma pessoa transexual, uma mulher transexual assume o mandato aqui em Porto Alegre - uma das primeiras em todas as capitais brasileiras. Isso é a quebra de mais uma barreira, poucos dias depois que o Supremo Tribunal Federal nos concedeu direito à identidade, possibilitando que a gente possa retificar os nossos nomes e gêneros diretamente em cartório, sem necessidade de processos judiciais, cirurgias e laudos médicos. Mas eu não chego aqui sozinha. Eu tenho que agradecer a todos os companheiros e companheiras de militância dos movimentos sociais que estão aqui, como o Movimento LGBT, bem como diversas lideranças. É por isso que a gente está aqui. Quero agradecer também ao nosso Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, que, além de sempre ter acolhido a pauta LGBT, também proporciona, com esse sistema de rodízio, a democratização dos mandatos, que quem representa minorias possa, em datas emblemáticas como essa, poder exercer o mandato pelo menos por alguns dias, registrar a presença e encaminhar as pautas, assim como a gente sempre quis e como sempre deveria acontecer.

Bem, além de registrar esse momento, eu quero falar um pouco sobre a situação da nossa Cidade, do tema LGBT por aqui e das dificuldades que os movimentos sociais estão enfrentando. Eu faço parte, enquanto representante da sociedade civil, do Conselho Municipal dos Direitos Humanos, sou atualmente a Vice-Presidenta. O Conselho está no vácuo, no vazio, principalmente porque o Governo Municipal desta Administração não indicou seus representantes. Então, o nosso Conselho Municipal dos Direitos Humanos, no momento, está inoperante por causa disso. E nós precisamos pautar, provocar essa discussão e fortalecer o papel dos movimentos sociais e dos conselhos, como controle social. Também quero dizer que durante esses dias do meu mandato, encaminharei um projeto de criação do conselho municipal LGBT, atendendo a uma demanda do movimento social. Nós já temos um conselho estadual, algumas cidades do interior já têm o seu conselho municipal, e Porto Alegre ainda não tem. Então, esse tema será colocado em pauta. Também vou cobrar a situação em que se encontram algumas ONGs LGBTs; a Igualdade RS, a Somos e ONGs de outros segmentos. Ocupam um andar ali na Galeria Malcon e vêm sendo pressionadas pela Prefeitura para saírem de onde estão. Faremos uso deste espaço para defender as ONGs, pautar e cobrar do Município que as mantenha nesse lugar onde já estão instaladas e atuando há muito tempo. Por enquanto, era essa a minha mensagem inicial. Quero, mais uma vez, agradecer a todas e todos que me proporcionaram chegar até aqui. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver. Natalia Alves está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

A SRA. NATALIA ALVES: Boa tarde a todos. Prezada Presidente da Câmara, Ver.^a Mônica Leal; saúdo os colegas Vereadores e Vereadoras; saúdo também a todos os servidores desta Casa a todos os presentes nesta Sessão. Uma saudação especial a todas as mulheres. Quero destacar, primeiramente, a importância de assumir como Vereadora de Porto Alegre, que já se notabilizou como cidade da resistência no Movimento da Legalidade, como a capital da democracia participativa e berço do Fórum Social Mundial. Também ressalto o simbolismo de assumir na véspera do Dia Internacional da Mulher. Evoluímos muito na luta pela igualdade de direitos, mas estamos longe de conquistar realmente os avanços necessários, tanto na equidade de gênero, na paridade salarial, na ocupação de cargos e funções, na autonomia do corpo das mulheres, mas especialmente na divisão das tarefas domésticas, que pode parecer pouco, mas é o espaço cotidiano do exercício da igualdade. Também quero valorizar o rodízio de Suplentes de Vereadores e Vereadoras. Acredito que essa prática democratiza o espaço da política, estimula a participação e a pluralidade no Legislativo.

Agradeço especialmente à bancada do Partido dos Trabalhadores, que promove esta rotatividade, particularmente ao Ver. Marcelo Sgarbossa, proponente dessa medida junto ao partido. Espero que essa prática seja adotada em outros Parlamentos, tanto pelo PT como por outros partidos. Permitam-me uma breve apresentação que contextualiza minha fala neste dia. Sou do movimento comunitário da Zona Norte, atuei como liderança comunitária e fui Conselheira Tutelar. Convivo diariamente com as questões da periferia e todas as circunstâncias do cotidiano. Pude testemunhar e participar das transformações das últimas décadas da capital, e é com tristeza e desalento que vejo esse momento da história da Cidade, do Estado e do País que atravessa um golpe. Um golpe que afeta profundamente a vida de todos nós, mas principalmente atinge as populações mais pobres de nossa sociedade, pois junto ao golpe ocorreu a perda de direitos sociais, promovida por este Governo. Falo com tristeza da minha cidade, abandonada pelos administradores, com deterioração dos serviços públicos, descaso com a qualidade no transporte público, com ruas esburacadas, com o mato alto em todos os bairros, com falta de professores, com problemas na saúde, com parcelamento dos salários dos municipais; ameaça de fechamento da Carris, privatização do DMAE, Procempa, mercado público entre outros. Mas o que quero falar aqui é sobre o descaso da gestão com as pessoas mais fragilizadas. Isto está demonstrado na declaração do Prefeito na semana passada ao dizer que pretende terceirizar os serviços prestados pela FASC, órgão que executa a política de assistência social. A precarização da FASC e as declarações do Prefeito tratando um órgão que cuida dos mais fragilizados como se tivesse que dar lucro é o ponto mais grave no que vivemos. Qualquer pessoa que anda pela Cidade constata o crescimento da população de rua, o aumento do desemprego, a fragilização das pessoas frente às políticas ultraneoliberais nas três esferas de Governo. O mais grave disso tudo é que as crianças e adolescentes mais fragilizados estão sendo atingidas por essa gestão e essa lógica perversa.

Como conselheira tutelar, tenho um especial olhar para o atendimento a crianças e adolescentes. Os 50 conselheiros tutelares que atuam nas dez regiões de Porto Alegre pedem socorro. A Cidade pede socorro.

Ameaçar terceirizar a política de assistência social é uma escolha que fala muito sobre o caráter da gestão e mostra o despreparo para gerir uma Prefeitura. Um Prefeito que se elegeu alegando ser bom gestor está mostrando o contrário. O que se vê é incompetência, incoerência, má gestão e desumanidade. Quando a vida não é bem tratada, toda a sociedade perde, a humanidade perde, e o processo civilizatório retrocede. Isto, somado à suspensão do Orçamento Participativo e à fragilização dos Conselhos Municipais denota o autoritarismo na gestão. Governar em gabinete e de forma autoritária nunca resultou em boas ações para os cidadãos. Seguirei trabalhando para a construção de uma cidade mais humana, mesmo frente a esta dura realidade.

Agradeço a oportunidade de fazer essa reflexão e sensibilizar as colegas Vereadoras e Vereadores para o cuidado com a vida. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. CLÁUDIA ARAÚJO: Boa tarde, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, funcionários e público que nos assiste. O aluno com necessidades especiais tem os mesmos direitos à educação que qualquer cidadão. Para que isso se torne uma realidade, os sistemas educacionais precisam passar por uma ampla reformulação para poder responder às necessidades de um aluno especial.

Apesar do intenso debate sobre a necessidade urgente de transformação do sistema regular de ensino em um ambiente mais inclusivo, justo e democrático, as resistências ainda são muitas e, conseqüentemente, o progresso em direção às escolas mais inclusivas é limitado. O movimento pelas escolas inclusivas tem como principal objetivo romper práticas autoritárias e alienantes que não reconhecem o papel fundamental do aluno no processo de ensino. A inclusão escolar passa a criar oportunidades contínuas para todos os alunos aprenderem por meio do uso de estratégias diversificadas de ensino, que devem ser elaboradas não levando em conta as limitações, as incapacidades destes alunos, mas, sim, basear-se em um modelo onde se procura enfatizar a funcionalidade, a capacidade de viver a vida em sua total potencialidade, tornando-se membros ativos em todos os sentidos das diversas atividades em sua sociedade. Essa, sim, é a verdadeira inclusão.

Toda a família sonha em dar o melhor para o seu filho. As famílias querem que seus filhos aprendam, trabalhem, tenham autonomia, sejam felizes e respeitados pela sociedade como cidadãos. Indiferente ao grau de deficiência, a participação e inclusão destas crianças ocorre ao seu tempo. É fundamental que uma cidade do tamanho de Porto Alegre tenha um maior espaço para o atendimento de crianças

especiais. O Poder Público precisa investir mais nisso. Alunos especiais maiores de 21 anos são descartados através de estatutos mal formulados nas escolas especiais da nossa capital

Conforme o Portal de Acessibilidade da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas no Rio Grande do Sul, a capital gaúcha conta apenas com cinco escolas públicas conveniadas para atender alunos com deficiências mais severas, que os impossibilitam, momentaneamente ou de forma permanente, de frequentar uma escola regular de ensino. Faltam também professores especializados. Com isso, torna-se evidente a exigência de reformas educativas, de projetos de cursos de Pedagogia tendo em vista a formação de professores para o atendimento educacional especializado e para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. A inclusão feita aos trancos e barrancos resulta em um índice irrisório de alunos com deficiência nas salas de aulas. Uma pesquisa feita pelo Instituto Unibanco, com dados do Censo Escolar 2015, revelou que, no primeiro segmento do ensino fundamental no Brasil, os estudantes com necessidades especiais correspondem a apenas 2,9% dos alunos, e o índice cai para 1,8% no segundo segmento da mesma etapa. A evasão desses estudantes, ao longo da trajetória estudantil, faz com que, quando eles chegam ao ensino médio, corresponda a apenas 0,8% da cerca de 8 milhões de matrículas dessa etapa.

De acordo com a Lei, os governos municipais, estaduais e federal tinham o compromisso de finalizar os projetos de adaptações dos espaços para atender pessoas com deficiência. No entanto, na prática, isso não está acontecendo. Com a atual situação nas escolas públicas, os pais de crianças especiais acabam tendo que fazer também a função que caberia ao Poder Público.

Para as mães cuidadoras, ter seus filhos na escola pode representar também um tempo livre para si, um espaço para o lazer, descanso ou trabalho remunerado. Além disso, quando essas mães veem seu filho convivendo com outras crianças e tendo as mesmas oportunidades, elas se sentem mais próximas de uma rotina comum de outras mães.

Segundo a Secretária da Educação de Porto Alegre, são realizadas formações continuadas para os professores que atuam com a educação especial. Esse trabalho seria praticado nas Coordenadorias Regionais de Educação – CREs e também por meio de cursos promovidos pela Seduc. O objetivo é qualificar o corpo docente e também os espaços de atendimento, eliminando as barreiras no processo de aprendizagem.

Difícilmente os programas de inclusão serão bem-sucedidos em escolas públicas se professores da educação geral e da educação especial não forem capacitados para implementar programas de ensino colaborativo. É obrigação do Poder Público investir na educação de crianças e adultos Especiais. Não podemos tirar esse direito dessas crianças, pois criança especial não tem idade, será sempre especial. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, V. Exa. que é a quarta Vereadora a assumir a Presidência desta Casa, foi antecipada pelas Vereadoras Margarete Moraes, Maria Celeste e Sofia Cavedon, as três, mulheres da bancada do Partido dos Trabalhadores, que já assumiram a Presidência desta Casa. E hoje, neste dia tão importante, em que assumem aqui a Luisa Stern e a Natalia Alves os seus mandatos de Vereadoras, coube a mim a honra e a graça, Ver. Oliboni, que é o Líder da nossa Bancada, falar em nome de toda a bancada do Partido dos Trabalhadores – ao Sgarbossa, ao Oliboni, que neste momento estão em Licença para tratar de Interesses Particulares para que as colegas possam assumir. Numa próxima feita, sairemos, a Ver.^a Sofia e eu, nesse processo de rodízios democráticos que a bancada do PT está fazendo.

Quero registrar também a presença do Sr. Rodrigo Dilelio, Presidente do nosso Partido; do Deputado Nelsinho Metalúrgico.

Para nossa bancada é uma grata satisfação estar aqui com essas duas valorosas companheiras, a Natalia Alves, que já foi nossa conselheira tutelar, e sabe como se trabalha com criança e adolescente, como se vive, como se tem que defender o povo da periferia. A Luisa Stern, que no seu nome tem a estrela do nosso Partido, a estrela do PT, que tão bravamente tem lutado em defesa dos direitos fundamentais de todo um segmento da nossa sociedade que é o segmento LGBT.

É uma honra, é uma grata satisfação poder falar essas coisas aqui, porque nós temos uma tradição, como temos uma tradição na defesa da cultura. Nós ficamos sabendo que a Prefeitura quer cortar dois terços daquilo que já foi aplicado no Adote – seriam apenas R\$ 300 mil. Nós aqui estamos lutando por R\$ 400 mil. Uma emenda, Fernanda, Sofia, Pujol, Adeli, todos nós e outros Vereadores estamos juntos nessa mesma batalha para que na tarde de hoje... Não estamos pedindo muito, estamos pedindo a metade do que já foi aplicado, mas menos do que isso é esmola, não aceitaremos. Por isso estaremos nesta tarde debatendo o Adote, dinheiro para o livro. Nós não podemos expurgar o livro das escolas, não podemos expurgar o livro das bibliotecas. Assim como não podemos tirar a *manu militari* nenhuma pessoa das ruas, nós temos que trabalhar a saúde da população de rua, nós temos que trabalhar a questão da assistência social para os moradores de rua, fazer com que haja um trabalho na questão da saúde, na assistência e na reintegração efetiva no mundo do trabalho. Por isso, esse 7 de março será marcado aqui como um dia glorioso para esta Câmara Municipal, porque nós, além das companheiras que hoje assumiram, há pouco, falou aqui a Ver.^a Cláudia Araújo, do PSD, que assumiu essa semana como Suplente, e a Ver.^a Lourdes Sprenger, que se soma à Ver.^a Nádia. É uma semana das mulheres, mas não só pela presença delas aqui, mas também pelos temas de interesse da mulher, da igualdade que é preciso ter e, principalmente, da dignidade da pessoa humana, porque, inclusive, a violência tem grassado sobre as mulheres, pois aqui os dados não desmentem o que estou dizendo. No caso de violência contra a mulher, com lesão corporal, no Estado, aumentou tremendamente; em Porto Alegre: 11,6%; é inaceitável,

é intolerável a violência contra a mulher! Nós vamos divulgar esses números pela Cidade afora, porque isso é uma vergonha! Uma Capital que sempre prezou por um conjunto de princípios fundamentais, como o da dignidade da pessoa humana, o respeito pela igualdade entre homens e mulheres, para a questão da equidade, para todos os temas de gênero. Nós estamos aqui para lutar, para marcar e não apenas na semana internacional da mulher. Amanhã, muitos falarão no Dia Internacional da Mulher. Nós falaremos 365 dias por ano, não só às mulheres, mas aos homens, porque nós nos assumimos como feministas, porque essa luta do feminismo é dos homens, porque sem igualdade, não haverá a dignidade da pessoa humana e nunca haverá fraternidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pelas galerias da nossa Câmara de Vereadores, tenho acompanhado as manifestações do Governo seja através do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários, através da imprensa ou dos Secretários que comparecem à Câmara de Vereadores - todos eles focam e manifestam a dificuldade, a situação ruim em que se encontram as finanças da Prefeitura. Diz o Governo de maneira reiterada pelos seus integrantes que, se não fizer as mudanças estruturais na Prefeitura, no orçamento da Prefeitura, não conseguirá dar à população os serviços necessários tão aguardados. Traduzindo um pouco o que o Governo profetiza em relação às finanças públicas, é dizer o seguinte: se a Prefeitura não privatizar a Carris, se a Prefeitura não conseguir aumentar o IPTU, se a Prefeitura não conseguir a base de cobrança do ISS, Ver.^a Mônica Leal, as ruas continuarão esburacadas, o mato continuará alto nas praças e nas avenidas. Enfim, as luzes estarão apagadas, a Cidade suja como todos nós podemos enxergar hoje. Então, a nova atitude que se encontra em Porto Alegre é a atitude da chantagem! O Prefeito Marchezan acha que a Prefeitura iniciou com ele, como se outros Prefeitos que passaram pelo comando da Prefeitura não tivessem passado por situações semelhantes ou até mais difíceis. Eu aqui relembro a entrevista do ex-Ver. João Dib, que fala da situação do Loureiro da Silva, mas eu poderia lembrar aqui Brizola, Collares, Olívio, Fogaça, Fortunati – todos eles tiveram situações difíceis. E eu me recordo de esta Casa ser parceira, ser uma Casa atuante na busca de caminhos e soluções. Agora, se o Prefeito Marchezan não tem a humildade – que falta no Governo – de olhar para o passado e encontrar, no passado, caminhos e situações semelhantes, que busque alternativas, como as que podemos encontrar em outras cidades, modelos de governança que conseguiram superar a crise existente, vivida nos dias de hoje. Eu poderia citar - e faço com o maior orgulho - o nosso ex-Prefeito de Canoas, por acaso nosso companheiro de partido, o Jairo Jorge, que com a lei do gatilho conseguiu atrair mais de 20 mil empresas para Canoas, conseguiu

enfrentar a crise herdada do governo anterior de milhões de reais, de mais de R\$ 200 milhões de reais, buscando soluções e alternativas para que pudesse melhorar a receita e também a despesa. Diante disso é que nós queremos trazer este debate para a Casa, porque a nova atitude que a população espera é a de saber ouvir, saber fazer e enfrentar os problemas. O Prefeito Marchezan, recentemente, foi a um evento, onde disse que as mudanças necessárias não serão feitas pela dona Maria ou pelo seu João; as mudanças serão feitas pelas elites. As mudanças serão feitas por poucos para poucos. Nós aí temos uma diferença muito grande. Nós entendemos que a Cidade enfrenta situações difíceis e que essas mudanças têm que ser feitas de todos para todos. Nós seremos parceiros para enfrentar a crise, mas não iremos apoiar nenhum projeto de proposta do Governo que venha sobrecarregar o cidadão na nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Vereadores Robaina, Fernanda e Alex, Ver. Adeli, Sgarbossa, quero falar em nome da oposição, Luisa e Natalia e Ver. Oliboni que se licenciou, e afirmar aqui que, com essas substituições, com esse protagonismo da Luisa Stern e da Natalia Alves, nós queremos reafirmar, nesta semana da mulher, o direito à liberdade, o direito à diversidade, o direito à democracia plena, sem normalismo, sem repressão de nenhuma ordem, sem discriminação e sem violência; uma semana que reafirme a necessária construção de um mundo mais livre, de um mundo que se liberte da violência contra as mulheres e da desigualdade de gênero que afeta ainda meninas e mulheres de maneira brutal.

A nossa consciência é de que tem dois caminhos fundamentais. Um deles é erradicar a construção de homens machistas e de mulheres submissas e discriminadas. Essa erradicação exige uma educação transformadora, uma educação libertária, uma educação cidadã, sem estereótipos, que problematize as manifestações do senso comum, que é conservador, que é preconceituoso e que, infelizmente, ainda toma conta da construção da educação que as famílias reproduzem no seu âmago. E a educação e a escola, se não tiverem a oportunidade de capacitação, de reflexão, de ação transformadora, também vão reproduzir esta sociedade cruel com as mulheres. Portanto, Ver. Adeli, que levantava aqui que a Ver.^a Celeste e a Ver.^a Margarete Moraes foram Presidentes desta Casa, eu quero dizer, Ver.^a Mônica, que agora preside, neste mês, que nós somos exceções, infelizmente; que, se as mulheres são retiradas do espaço do público, são pré-determinadas para um papel inferior, são discriminadas no mundo do trabalho, é muito difícil chegarem ao espaço do poder, ao espaço da política, e, por isso, denunciamos de forma veemente o Estado mínimo, porque o Estado mínimo retira dessas mulheres que são sobrecarregadas com um terceiro turno as políticas públicas necessárias para a sua emancipação; retira das mulheres as políticas que atingem ou que

garantiriam as condições de desenvolvimento dos seus filhos, e elas ainda são as principais responsáveis por eles. Quando o estado mínimo atinge a saúde, atinge a educação, atinge a segurança, atinge diretamente a vida das mulheres. Quando esse programa regressivo, ilegítimo que Temer põe em curso atinge a proteção ao trabalho, atinge direto a vida das mulheres, que é o que está acontecendo com a reforma trabalhista, ampliando os turnos de trabalho e folga a cada dez dias, Ver. Janta. Infelizmente, está se tornando uma prática no trabalho do comércio, e eu queria que V. Exa. se expressasse aqui com relação ao quanto os sindicatos estão lutando, as centrais, contra isso. A ampliação de turnos corridos, de dias corridos, com a folga agora só a cada dez dias; a retirada de direitos básicos, até o direito de o sindicato acompanhar na hora das demissões é resultado da reforma trabalhista; as terceirizadas mulheres, que, cada vez se ampliam mais, estão sendo profundamente atingidas pelas novas regras, que flexibilizaram e submeteram ainda mais mulheres aos seus patrões, em uma relação que já era desigual por conta da questão de gênero.

Eu quero encerrar a minha fala dizendo, Ver.^a Fernanda Melchionna, que nós estamos por isso defendendo uma educação forte, de qualidade e libertária. E por isso cumprimentando artistas que estão aqui, editores, professores. Nós defendemos que a educação se aproxime da cultura, que a educação seja encharcada de literatura, que ela seja possível para que todos os alunos tenham acesso ao livro, tenham acesso ao escritor, tenham acesso a uma educação que lhes amplie horizontes, que rompa com os preconceitos com os quais são criados, que rompa com a discriminação com a qual são criados, infelizmente, num Brasil profundamente desigual, profundamente autoritário e que escravizou e normalizou. Escravizou por muito tempo e colocou na marginalidade negros e negras e normalizou a vida de homens e mulheres.

Luisa, tu vens aqui representar isso, essa rebeldia. Tu assumida, mulher, vem aqui construir essa trajetória que nós queremos ter: libertária da vida das mulheres. Por isso, com relação ao Adote um Escritor, eu espero que a gente, hoje, derrube o Veto, garanta a cultura na educação! Só a cultura rompe estereótipos, só a cultura se bate contra a criminalização da vida das mulheres e da livre manifestação. Estamos com vocês; sei que esta Câmara também vai afirmar isso. A gente quer entrar no dia 8 de março celebrando uma educação transformadora e uma cultura viva, forte e libertária.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Presidente Mônica Leal, colegas, todos que nos acompanham, eu subo rapidamente para falar sobre três assuntos importantes. Em primeiro lugar quero saudar as colegas que hoje assumiram e dizer que - as pessoas que me conhecem sabem - sou completamente defensor de toda e qualquer luta que combata os preconceitos; quero dizer e reforçar que não existe apenas o preconceito sexual, temos várias formas de preconceito que me preocupam, inclusive já

falei aqui sobre o preconceito político-partidário. Acho a nossa Cidade, às vezes, muito raivosa. A gente acaba julgando o outro pela sua sigla partidária, sem o conhecer, sem conhecer a sua trajetória. Eu tenho amigos em todos os partidos, gostaria que a gente tivesse, professor, um pouquinho de sensibilidade e parasse para pensar sobre quantas vezes a gente é preconceituoso desta forma: “ah, aquela pessoa é do partido tal”; a gente não sabe nem a história dela e já olha com desprezo, com nojo, já julga, já rotula. Também vim aqui para dar uma resposta ao Ver. João Bosco Vaz e dizer que eu não sei onde ele está agora, mas o Ver. João Bosco Vaz fez aqui uma sugestão ao Governo Marchezan sobre o transporte público coletivo. Ele poderia ter feito um projeto de indicativo e, às vezes, a gente fala aqui sobre a constitucionalidade ou não de alguns projetos que a gente envia e que não podem ser de iniciativa nossa. O Ver. João Bosco Vaz fez uma sugestão ao Executivo, e eu fui atrás da resposta, Ver. João Bosco. Essa sua indicação para que os ônibus do transporte coletivo tenham não só a parte traseira disponibilizada para propaganda, nos próximos dias vai ser implementada essa forma de propaganda na lateral inteira do ônibus, para ajudar a custear esse problema que a gente tem, hoje, no transporte coletivo. Então, em nome do Governo, em nome do Marcelo Soletti, gostaria de dizer ao Ver. João Bosco Vaz que foi acolhida a sua sugestão, e, nos próximos dias, tecnicamente, estará sendo viabilizada a forma de ser feito isso. Gostaria de agradecer a sua sugestão em nome do Poder Executivo. E também, a pedido do Secretário Adriano, sobre o projeto Adote um Escritor, gostaria de fazer aqui, por justiça, um esclarecimento técnico sobre os recursos financeiros do ano passado e deste ano. Nós tivemos, no ano de 2017, um investimento, que acho modesto - todos nós sabemos que estamos quebrados - de R\$ 214.000,00 em 98, das 99 escolas da rede municipal de ensino. As escolas receberam verbas para a Caixinha do Autor, aquisição de livros, visita à Feira do Livro. Alguns dos autores participantes são Léia Cassol, Santiago, Juremir Machado, Alessandra Roscoe, Dilan Camargo. Em 2018, a gente já tem o recurso majorado para R\$ 300.000,00; eram R\$ 214.000,00. A Secretaria de Educação já tem R\$ 300.000,00 para a Caixinha do Autor, para aquisição de Livros e para a visita à Feira em toda a rede municipal, incluindo, pela primeira vez, a rede comunitária. A pedido do Secretário, faço esse esclarecimento aos pares. Obrigado presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SR. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Vereadores, Vereadoras, colegas da Câmara, pessoal da galeria e público que nos assiste pela TVCâmara. Eu comentei aqui, na segunda-feira, sobre a luta importante do dia das mulheres, que não representa um dia só. Eu acho que essa data é um símbolo importante, mas é uma luta permanente, diária e fundamental não só das mulheres, mas também do público LGBT que vejo aqui presente, o reconhecimento da diversidade, das mulheres travestis, das mulheres

transexuais, de todas as mulheres que vivem no mundo conservador até hoje, uma luta que se iniciou lá em 1904, 1910, e que até hoje tem os mesmos dados e números de todos os tipos de crimes. Difícil hoje é encontrar ainda uma família que não tenha uma lógica machista. Eu diria que, se tivesse uma pesquisa, obviamente não tem, basta ir a consultórios de psiquiatria e de psicologia vão ver que as mulheres em todos os quesitos ainda são rebaixadas, no salário, no tratamento, até mesmo na criação em famílias onde tem filhos homens ou filhas meninas, ou filhos homossexuais - tenho vários amigos homossexuais - a criação, a dificuldade de se encontrar, de admitir, de se assumir. Essa data é fundamental por isso, o meu público que são protetores de animais, na sua maioria, 80 ou 90% são mulheres ou homossexuais. A maior parte dos protetores de animais; aqui no Rio Grande do Sul deve ter seguramente em torno de dois a três mil, são mulheres e homossexuais, o que para mim não é espantoso, porque na verdade quem gosta dos animais tem um vínculo direto com a sensibilidade e a capacidade de compreender os seres pelo seu sentimento e pelo seu sofrimento. Então, tenho bastante orgulho de estar em uma causa que faz essa luta.

Eu quero falar aqui inclusive do que o Mauro comentou. Ontem recebi aqui o ex-Prefeito Jairo Jorge, que veio conversar, vai ser candidato ao Governo do Estado; gostei muito da conversa porque ele é um cara muito preparado, muito bom, um cara que tem uma história na política desde 1982. Não é do meu partido; admiti para ele, inclusive, que na última eleição votei em Raul Pont. Ele estava comentando sobre o que eu compreendo da política e que a gente tem bastante dificuldade de compreender, que é um pouco do que penso - tanto até para o Governo Marchezan como Fortunati, votando em Raul Pont -, é a capacidade de administrar relações sem disputa, não no aspecto de a gente não lutar por interesse. Obviamente os setores têm interesse, e a gente tem várias lutas a fazer, mas a capacidade de fazer política tentando compor - ele comentava da Prefeitura dele lá admitindo os erros e os acertos; reelegeu-se lá como Prefeito, com quase 70% dos votos. Eu acho que em Porto Alegre aqui nós vamos ter - estamos enfrentando enormes dificuldades - um tempo em que o Prefeito. Falo aqui como alguém que tem acesso ao Prefeito, tem acesso ao Marchezan, o Prefeito tem essa capacidade de ouvir que quando tu entras no Executivo, na Prefeitura, tu não podes agir como Parlamentar, porque o Parlamentar é óbvio... Eu, por exemplo, sou defendendo a causa animal, talvez eu dialogue com 20%, 10% da população, Cassio, mas o Executivo - tu que és bastante habilidoso, o Luciano... Nós termos a capacidade de agora, neste e nos próximos dois anos, de escutar os interesses que virão, fundamentalmente o serviço público e como melhorar a Cidade. E saber que a gente tem que tentar ouvir cem por cento da população, inclusive, nesta Casa. Eu, apesar de dialogar com o Governo e com o Prefeito em especial, respeito profundamente todos os Vereadores, inclusive, aqueles mais radicalmente contra, porque eu acho que o jogo de Governo e oposição não favorece a Cidade, acaba virando palanque político, tanto para a oposição como para o Governo, e quem perde, na verdade, é população, Luciano, que dialoga. E isso, tu, o Moisés como Líder do Governo, nós vamos que ter essa capacidade de escutar a oposição, de escutar os Vereadores, e fundamentalmente, construir uma Cidade melhor. Duvido que algum Prefeito tente entrar para ser pior. Mas tem que se ter a capacidade

de reconhecer o trabalho para trás. Finalizando, só dizendo reconhecer que cada um faz seu esforço e é importante de a gente ter essa capacidade de dialogar.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar os Vereadores Roberto e Alex, que, gentilmente, me cederam o tempo, mais uma vez, em função da nossa luta do Adote um Escritor, nossas guerreiras e guerreiros, escritores, professoras. Eu quero trazer alguns elementos nesta tribuna. Ouvi atentamente o Ver. Moisés e a primeira fala pública, Ver. Roberto Robaina, do Governo sobre o Adote um Escritor, agora, no dia 07 de março de 2018, graças à mobilização dos que estão no plenário, dos que escreveram no jornal, à mobilização na rede, escritores se manifestando em todas as esferas, saiu um artigo do meu amigo e escritor Caio Riter, que está aqui conosco, no jornal Correio do Povo. Vários escritores já tinham lido; inclusive, Ver.^a Mônica, o ex-Vereador João Antonio Dib me ligou cedo da manhã para falar do artigo e se colocar a favor da pauta do Adote um Escritor, porque conhece a seriedade da nossa luta. Eu quero trazer alguns elementos para o Ver. Moisés, que, certamente, a SMED não passou, e, como ele não acompanha a pauta do livro e da leitura, talvez ele não saiba. O Adote um Escritor é um programa que existe há 17 anos e já chegou a ter R\$ 1 milhão, Ver. Alvoni Medina, para cobrir, à época, as 95 escolas da rede – agora, são mais, mas, na época, eram 95 escolas –, atender 15 mil crianças e adolescentes, comprar livros que ficam no acervo, Ver. Dr. Goulart, para gerações futuras, depois, consultarem, e, ao mesmo tempo, levar as crianças até a Feira do Livro. São crianças que, muitas vezes, nunca foram ao Centro da cidade de Porto Alegre, não só não foram à Feira do Livro; crianças, muitas vezes, vítimas da desigualdade, que estudam na nossa rede e que estão nas regiões mais periféricas da cidade de Porto Alegre.

No ano passado, nós fizemos uma série de mobilizações. Esses R\$ 200 mil que o Ver. Moisés trouxe foram fruto, Ver. Bosco, de longas lutas que foram feitas pelos escritores na Feira do Livro, no Parque da Redenção, de mobilizações na Câmara de Vereadores, porque, até agosto, não tinha um centavo para o Adote. A primeira fala do Governo foi: “Não terá Adote, terá outra plataforma”, que pode ser ótima, mas nunca vi fechar um hospital para abrir outro hospital no lugar, fechar uma escola para abrir outra escola no lugar. Isso não existe! É preciso ampliar os projetos de leitura. O Governo, pela primeira vez, disse, nesta tribuna – fica gravado nas notas taquigráficas, Mauro –, que destinará R\$ 300 mil para o Adote com uma resposta à Câmara de Vereadores, que, de forma independente, salvou R\$ 400 mil no Orçamento. Ora, se o Governo pretende destinar verbas ao Adote, por que não gravar no Orçamento essa verba do Adote? Não está gravada! Não tem um centavo destinado para leitura. Alguns podem dizer: “Mas ela tirou da Saúde, ela tirou da Educação!” Eu não tirei. Eu tirei da

publicidade, que muitas vezes, vocês sabem bem, em vários governos, é para fazer publicidade de coisas que nem são verdadeiras, enquanto se está tirando livros de crianças e adolescentes. Alguém já viu algum projeto de leitura sem livros? Parece que o Prefeito Marchezan quer inovar! Ele traz o dado dos R\$ 300 mil e ainda diz que vai ampliar para a Rede conveniada, por quem tenho muito respeito, porque acho que tem muita gente qualificada e que precisa de um programa como o Adote, mas olhem a perversidade: eles diminuem o valor e aumentam o espectro para 300 escolas; então R\$ 400 mil ainda é pouco! Nós teríamos que salvar R\$ 2 milhões para o Adote existir. Acho que investimento em livros não é gasto, investimento em livros é futuro! Muitos vêm aqui falar da criminalidade, que é um tema da nossa Capital, Porto Alegre. Como combater? Como disputar esse jovem? Como fazer a escola ser envolvente? Como as pessoas podem aprender a gostar do hábito da leitura se não com bibliotecas vivas, com escritores e escritoras valorizadas, com a cadeia produtiva do livro sendo desenvolvida, com ilustradores desenvolvendo a sua arte, com professores se formando nesse processo? Porque o Adote também é um programa para os professores da rede municipal que começam a conhecer outros escritores. Um programa plural, com escritores como Dilan Camargo, Santiago, Léia Cassol, estão aqui o Christian David, o Rafael Guimarães, o Caio Riter, o Alexandre Brito, a Barbara Penna, são escritores conhecidíssimos da nossa Cidade que poderiam estar nas suas casas sonhando, pensando, botando nas páginas dos livros aquilo que todos nós amamos. Como diria Jorge Luiz Borges: o paraíso seria uma biblioteca. Mas, lamentavelmente, eles têm que estar aqui na Câmara de Vereadores lutando pelo mínimo, pelo básico, lutando contra um veto à leitura. Tenho manifestações favoráveis de Vereadores do PDT, do Solidariedade, o Ver. Pujol, do DEM, assinou conosco a emenda, assim como alguns do PMDB, o Ver. Marone, que bateu foto conosco. Nós queremos que nos ajudem a derrubar esse veto. Esse projeto não é meu, nem da Sofia, do Pujol, do Adeli Sell, que assinou a emenda conosco, esse projeto é da cidade de Porto Alegre e precisa permanecer.

Em tempo, nós podemos entrar para a História hoje como um dia simbólico tendo a posse da primeira mulher trans - quero parabenizá-la, Luisa Stern, que tem aqui neste momento histórico, o apoio de toda a Bancada do PSOL, e também o momento simbólico que a Câmara mostra a sua disposição de apoiar os livros, a leitura, a vontade de sonhar, as bibliotecas, as crianças e as escolas. Eu tenho otimismo.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Apregoo o Ofício nº 154/GP (Lê:): “Senhora Presidente, ao cumprimentá-la cordialmente, comunico a Vossa Excelência, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município, das 19h do dia 6 ao dia 7 de março do corrente ano, devido a convocação do Presidente Michel Temer para reunião extraordinária em Brasília, fazendo jus a eventuais despesas com passagem aérea e diária, para o custeio da estadia, alimentação e deslocamentos, nos limites estabelecidos na lei. Registro, por oportuno, que no

período anunciado responderá pelo Executivo Municipal o Senhor Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim. Atenciosas saudações, Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre.”

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que hoje têm uma representação, não de acordo com que esta Casa e esta Cidade merecem, mas aumentou um pouco com a Luisa, a Natalia, a Ver.^a Lourdes, a Ver.^a Cláudia, além das permanentes, Mônica, a Sofia, a Fernanda e a Comandante Nádia.

Antes de iniciar, eu quero convidar a todas as mulheres para amanhã, o nosso partido, Solidariedade, com a Associação de Mulheres Diva's, vai fazer uma mostra de artes plásticas, em homenagem à Bertha Lutz, terá as artistas Beatriz Frasca, Ivone Rabelo, Luh Bortolini, Lúcia Guaspari, Márcia Ribas, Raquel Hirtz, Rejane Trein, Rusy Scliar, Simone Sartori e Tanira Dornelles. E o painel de debates: “O pragmatismo das Mulheres da Política”, no qual debaterão Aline Melo e Ivana Lima, no Plenário Ana Terra, além da mostra aqui no saguão. Então, convido a todas e a todos a estarem presentes nessa atividade do nosso partido, junto com a Associação de Mulheres Diva's.

Queria falar aqui, não do choro da Prefeitura, que sempre diz que não tem dinheiro, isso é um mantra; nós queremos fazer um mantra ao contrário. Ontem falei aqui que nós aprovamos várias coisas com a Prefeitura de Porto Alegre: reformulação do secretariado, reestruturação do Previmpa, uma série de coisas. E a Prefeitura tem que dar retorno para a população de Porto Alegre para querer que esta Casa avance em outras questões, principalmente o IPTU, principalmente mexer na questão dos servidores públicos do município de Porto Alegre, já que a Prefeitura não teve coragem. Nós aprovamos aqui um teto de 19 mil reais, e o Prefeito não quis manter esse teto de 19 mil reais, cedeu para os servidores que ganham 40 mil, 50 mil por mês, o que existe no município de Porto Alegre! Está lá no portal Transparência, é só olhar. E o Prefeito cedeu na questão do teto, dizendo que esses servidores iriam ajudar a cobrar a inadimplência dos impostos do município de Porto Alegre, e até hoje não fizeram e querem desonerar e tirar do servidor que está lá na ponta na educação, na saúde, atendendo a população de Porto Alegre. Esta Casa não vai admitir isso, não adianta o Prefeito ir à imprensa dizer que cabe à Câmara de Vereadores resolver isso; cabe à Câmara de Vereadores defender a população de Porto Alegre e defender o povo de Porto Alegre. Então, o Prefeito que não jogue, não tente jogar a população contra esta Casa, igual ao que o Prefeito faz agora na questão do transporte. Veja bem, o cálculo da tarifa é feito por um conselho que nunca, na sua história, rejeitou aumento de tarifa. Um conselho que, na sua maioria, é composto por gente do Governo, um Conselho cuja tarifa, no seu cálculo, 50% é para salário dos rodoviários. Sendo que, neste ano, o salário dos rodoviários, na tarifa, representa 1,87%, foi o reajuste dos rodoviários. E o Governo pede 11,1% a mais de reajuste. Aí, o Prefeito faz um escarcéu. Eu negociei a minha vida inteira como dirigente sindical, comecei bem antes, quando menino,

vendendo ferro, osso e garrafa vazia, trabalhando na feira, bem antes comecei a negociar. Aí, joga R\$ 4,50 para fazer R\$ 4,30. Acha que alguém aqui é bobo?! Só que os rodoviários vão ter um reajuste de um e pouco por cento que representa 50% do cálculo da tarifa. Ele quer tirar o direito das pessoas com deficiência, quer tirar o direito dos estudantes, quer tirar o direito dos idosos, quer tirar a segunda passagem, dizendo, não, vou chegar a tarifa a R\$ 4,30. Por que não fez isso antes?! Tirar os cobradores, coisa que o Rio de Janeiro já tentou, e essas cidades, volto a repetir, já tiraram tudo isso, e a passagem não baixou! Não baixou! Entre no *Google* e veja como está a passagem nessas cidades. Se elas custam R\$ 2,50, R\$ 3,00? Não custam, custam o mesmo preço da passagem de Porto Alegre. Então, isso é enganar o povo, isso é “godô”, no linguajar popular, isso é “caô”. Vem para cá querer enganar o povo de Porto Alegre, vem para cá querer jogar novamente a responsabilidade em cima desta Casa, tem que abrir essa caixa. O Ver. João Bosco fez uma proposta de botar a propaganda do lado dos ônibus, só que já existe propaganda interna e atrás dos ônibus, isso vai para a bilhetagem, no cálculo da bilhetagem. O que sobra no cartão Tri, na passagem escolar fica na mão da Prefeitura, junto com a propaganda interna e externa do ônibus. Isso ninguém sabe quanto é, isso não vai para o Comtu, nunca se mexe nesse Comtu, lá tem entidades que nem eram para estar no Comtu, que não têm interesse no Comtu, que não tem por que participar do Comtu, um conselho que trata da tarifa e tem gente lá dentro que é interessada no cálculo da tarifa. Então, acho que isso é querer enganar a população de Porto Alegre e novamente, como fez no ano passado, o Governo tenta jogar a responsabilidade nesta Casa.

Queria agradecer este espaço que o meu partido me concede para poder discutir essas questões de Porto Alegre. Enquanto o Prefeito chorar que não tem dinheiro, nós vamos provar que a Prefeitura de Porto Alegre tem dinheiro, e outras Prefeituras que aí afora que estão fazendo as coisas acontecerem com determinação criatividade e boa vontade, trabalhando em parceria com a Câmara de Vereadores e o povo da sua Cidade. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal – às 15h28min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2745/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018.

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-18 (sexta-feira).

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em discussão o PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós estamos dando aqui o fechamento de um debate muito profundo que fizemos no âmbito das comissões e também no plenário sobre a lei orçamentária deste ano. Eu até quero aqui fazer justiça, que o número de emendas que foram vetadas não é

tão elevado. Nós tivemos muitas emendas, da situação, da oposição, ou dos Vereadores independentes, que foram acolhidas no relatório, e isso há que se reconhecer. O que eu não posso deixar de dizer aqui é que áreas prioritárias, até ontem defendidas pelo atual Governo, principalmente na campanha eleitoral, não estão sendo consideradas. Já não foram na elaboração da proposta e também não se voltou atrás em reconhecer a validade e a importância de algumas emendas. E me surpreende até o Governo não querer votar em bloco os requerimentos em destaque, porque são as emendas destacadas que vão nos permitir aprofundar a discussão sobre temas essenciais, como, por exemplo, a segurança, o grande corolário do discurso de mudança do Prefeito Nelson Marchezan. A instrumentalização dos órgãos de segurança do Município em favor do cidadão. A agenda novo tempo, propagada pelo Prefeito Marchezan, tinha na segurança uma base sólida. Pois bem, eu tive que recorrer e fiz um requerimento para que a Comissão de Constituição e Justiça se manifestasse. Eu não entendi o que houve, na verdade, é um erro formal, talvez, e eu peço que o Governo esclareça depois. Vetou-se a Subemenda nº 01, de minha autoria, à Emenda nº 16. A subemenda assinei em conjunto com o nosso Presidente Valter Nagelstein, que destina recursos para a nomeação de mais guardas municipais, levando em consideração um

concurso já realizado. O Governo disse, Ver. Ricardo que, vetando a subemenda, automaticamente a emenda já estaria vetada também, mas o entendimento aqui da Câmara foi diferente, que apenas o veto na subemenda significa o veto exclusivo, e que o recurso previsto da Emenda nº 16 continuaria válido: R\$ 1,4 milhão, cerca disso, destinado para nomeação de mais guardas municipais que, obviamente, vão servir para promover mais segurança ao cidadão de Porto Alegre.

Então, eu venho aqui solicitar que o Governo esclareça se uma prioridade tão discursada e propagada no período eleitoral vai agora se refletir na proposta orçamentária. E aí rogo, Ver. Moisés, que é Líder do Governo, que o Governo esclareça, só isso, porque eu não tenho dúvida de que o Governo quer a Cidade dotada de mais guardas municipais sim! Claro que quer! O Governo quer o bem da Cidade. Não é como um secretário hoje escreveu, que a cura para Porto Alegre está em tantas outras coisas. A cura para Porto Alegre está em administrar a Cidade! Nós só vamos curar a Cidade a partir do momento em que o Governo decidir administrá-la, do contrário não. Então eu acredito que o Governo vai corrigir isso, porque é apenas um erro formal, não é um veto puro e simples; é um erro que se deu lá na origem da análise do acolhimento ou do veto das emendas, porque a Cidade precisa de mais guardas, até porque está vigorando – e ontem participamos de uma reunião, no bairro Menino Deus, com o Secretário Cezar Schirmer – um amplo processo de integração do Município com o Estado e a sociedade civil, para que nós possamos, cada vez mais, oferecer condições e meios de promover segurança em favor do cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Vereadoras e Vereadores, público que está assistindo a esta Sessão. Eu considero que o tema do orçamento... O Governo Municipal - nisso há uma contradição grave que temos - está sempre reclamando da ausência de receita, mas ele não pensa em como fazer com que a Cidade gere riquezas, e, ao mesmo tempo, fez um discurso durante a campanha e, depois, na prática, não o realiza. São dois tipos de contradições: uma, imposta por um discurso recessivo, através de uma prática recessiva, que leva o Governo a só reclamar da falta de receitas e não pensar como a Cidade pode produzir riqueza para gerar receita; outra, entre o discurso e a prática em relação às prioridades. Este último ponto se expressa na não valorização da proposta de apoio à Guarda Municipal, bem como a contratação daqueles que realizaram concurso, estiveram mobilizados durante o ano de 2017 e seguem mobilizados ainda hoje. Acho que essa é a emenda que foi feita pelo Ver. Carús, que pede esclarecimento ao Governo. Espero que o Governo esclareça essa questão para que a gente possa ter essa demanda, tão básica, resolvida; aliás, diga-se de passagem, essa proposta aprovada não garante a contratação dos guardas municipais. O que nós precisamos, inclusive foi uma promessa de campanha e é uma necessidade da

Cidade: de qualificar e ampliar a Guarda. Ainda que eu esteja entre aqueles que defendem uma mudança global na política de segurança pública do Estado, política essa baseada na ideia de guerra às drogas, na verdade, é uma guerra contra as pessoas, é uma política falida, fato que não nos isenta da responsabilidade de aumentar a capacidade de intervenção e da repressão também, no que diz respeito ao conjunto dos problemas envolvendo a segurança pública. A Guarda Municipal é um dos setores que deve ser valorizado. Sobre o tema das receitas e da ausência de uma política para desenvolver a riqueza na Cidade, nós vemos um desprezo do Governo. O Ver. Moisés teria que nos ajudar a abrir os olhos do Governo, isso não se trata de ser de esquerda ou de direita. Isso se trata de se compreender uma questão básica. As atividades culturais, as atividades esportivas ajudam o desenvolvimento econômico de uma cidade. Mas o Governo se nega a ter política desse tipo.

O Ver. João Bosco Vaz tem se batido por uma política de apoio à cultura popular. Não somente o Bosco, mas vários Vereadores e Vereadoras. O tema, por exemplo, do carnaval, o desprezo do Governo pelo carnaval, que é um desprezo pela cultura popular, do ponto de vista econômico, é uma visão fraca, uma visão pequena, uma visão recessiva, porque não percebe que uma atividade como o carnaval pode gerar riqueza.

E nós temos aqui, em Porto Alegre, e foi objeto de uma emenda, foi uma proposta que eu fiz e que está para ser submetida à votação dos Vereadores e das Vereadoras, que é a valorização da parada LGBT. A parada LGBT tem um componente de luta e de resistência, que deve ter. E eu considero fundamental nós termos aqui a Luisa pela primeira vez usando a tribuna desta Câmara, isso é expressão dos elementos de vitória que essa resistência tem, mas, além de ser uma resistência, mas também, se o Governo quiser pensar de um modo não recessivo, uma possibilidade de gerar riqueza. Eu fiz uma proposta para que haja um aporte de R\$ 60 mil do Governo para apoiar a parada, e o Governo não vê a importância.

Então, apelo ao Moisés, porque eu sei que ele é sensível às causas dos movimentos, e inclusive fez uma proposta de um dia específico. Mas, Moisés, é preciso – este é o chamado que faço para a base do Governo – compreender que isso não é gasto, isso é investimento, porque a capacidade de reprodução financeira desse recurso para a cidade de Porto Alegre é superior a R\$ 60 mil.

Então tem um componente de luta, de resistência, de apoio à luta pelos direitos civis. Para um Governo que se diz preocupado com as receitas da Cidade, o Governo deveria pensar de um modo não recessivo e entender que o recurso tem a capacidade de se multiplicar. E, no caso dessa proposta que eu fiz, tem, sim, também uma finalidade econômica. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estou nesta Casa há cinco anos. Já votei alguns Orçamentos, Diretrizes Orçamentárias, uma série de projetos que necessitam rever vetos. E nunca, durante todo esse tempo, eu vi o que estou vendo agora. Geralmente é deferido de imediato o destaque das emendas. Nunca, nesses cinco anos que estou aqui na Casa, eu vi, talvez seja uma palavra forte, uma manobra tão grande para não se votar, não se discutir com o Parlamento os vetos do Prefeito ao Orçamento.

O Sr. Luciano Marcantônio: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Esclarecendo, Ver. Janta, e tu tens razão no que transmitiu a minha colocação aqui. Eu compreendi da Presidente que está conduzindo os trabalhos que ela propôs a votação em bloco das emendas destacadas, e não foi isso que a Presidente quis transmitir. Então, não existe nenhuma oposição da Liderança do Governo em discutir as emendas destacadas, houve um problema de interpretação do que a Presidente disse. Então, não mudou o procedimento, já anunciamos.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Então, V. Exa. retira a proposta?

O Sr. Luciano Marcantônio: Sim.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Então eu lhe agradeço, Ver. Luciano Marcantônio. Eu lhe peço escusas, pois eu estava entendendo que V. Exa. queria votar o destaque das emendas, coisa que eu nunca tinha visto nesta Casa. Então, eu quero dizer que todas as emendas que vieram vetadas, e eu realmente faço coro aqui aos Vereadores que me antecederam, são poucas emendas que vieram vetadas, mas são emendas essenciais, no nosso entendimento. Emendas essenciais para a cultura, porque o Adote é uma questão importante para as escolas públicas de Porto Alegre, para a educação da Cidade e para as crianças que estão lá na vila, que muitas vezes não têm contato com o livro, não sabem o que é o livro, a emoção de ler uma história. Eu nunca vou me esquecer do primeiro livro que eu li, da primeira história que vi em um livro, eu fiquei, por algumas semanas, com minha mente viajando com aquilo, permitindo que, à noite, eu ficasse acompanhando aquele personagem, tentando entender as emoções que aquele personagem me deu. Hoje, um livro infantil, na minha visão, mas, na época, me levou a grandes sonhos, a grandes viagens, quando eu deitava de noite. Nós não podemos tirar esse direito de uma criança que mora na periferia da nossa Cidade, que muitas vezes não tem acesso a nada, mas quando chega na escola pública, conhece o manuseio de um livro, conhece uma história a ser contada da nossa cultura popular. Nós não podemos tirar o que pode vir a se transformar em uma fonte de renda em Porto Alegre, que é o carnaval, que nós vimos cidades ganhar milhões e milhões de dinheiro com o turismo, com a indústria que é o carnaval. Nós não pudemos dizer na campanha inteira que uma das prioridades do Governo era a segurança pública, discutir com transparência a ampliação da Guarda Municipal, discutir com transparência as emendas apresentadas na Guarda Municipal, se o substitutivo é emenda ou não. O que é que prevalece? Se não

existisse a emenda, não existiria o substitutivo. Então, essas questões são importantes nós discutirmos na tarde de hoje aqui nesta Casa, porque o Orçamento do Município é que vai reger a vida das pessoas: na saúde, na educação e na cultura. E o Adote é um exemplo disso, que pode formar e lapidar os cidadãos da periferia de Porto Alegre, levando a eles uma coisa importantíssima, que é a cultura. A cultura forma e faz o cidadão do futuro, então acho importante discutirmos as emendas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Para um esclarecimento ao Ver. Janta, a necessidade de votar os destaques aos vetos está no parágrafo 2º, do art. 179, do Regimento: “As razões do veto serão discutidas englobadamente, mas a votação do projeto poderá ser feita por parte vetada, mediante requerimento aprovado pelo Plenário”. No caso específico do veto, necessita do Requerimento, o destaque, que será aprovado pelo Plenário.

Em votação o Requerimento formulado pelas Lideranças, para que sejam votados, em bloco, os Requerimentos que solicitam votação em destaque para as seguintes matérias constantes no PLE nº 024/17, com Veto Parcial: Emenda nº 01, de autoria do Ver. João Bosco Vaz; Emenda nº 25, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni; Emenda nº 28, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni; Subemenda nº 01, de autoria do Ver. André Carús, à Emenda nº 16 e Emenda nº 54, de autoria do Ver. André Carús; Emenda nº 75, de autoria do Ver. Cláudio Janta; Emenda nº 86, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna; Emenda nº 96, de autoria da Ver.^a Mônica Leal; Emenda nº 101, de autoria do Ver. Roberto Robaina; e Emenda nº 147, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vereadores Dr. Thiago e Felipe Camozzato.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cidadãos e cidadãs que acompanham a Sessão no dia de hoje, estamos na discussão geral sobre o Orçamento. Posteriormente, vários de nós falarão especificamente sobre algumas emendas. Já mencionei anteriormente a questão do Adote, porque essa é uma questão simbólica. Nós estamos tratando da cultura, da vida da Cidade. Permitam-me todos aqui citar o Rafael Guimarães, que hoje é a pessoa que mais escreve sobre a Capital dos gaúchos. Sou fã número um dele, leio tudo o que tem sobre as questões de Porto Alegre, porque quem não conhece o passado não pode falar do presente e nunca pode pensar o futuro. Por isso nós estamos nessa batalha do Adote, mas não é só com o Adote. Aqui também tem as pessoas que estão labutando todos os dias para fazer aquilo que cada cidadão devia fazer: separar o lixo, reciclar, catar. Lá nos galpões estão os trabalhadores que estão fazendo esse magnífico trabalho. Eu sempre digo, aqui eles têm que forçar a barra para poderem trabalhar. Lá em Caxias do Sul, aqui pertinho, tem dois contêineres, o do lixo seco, que já está separado, boca de lobo, vai pro galpão, vem o

dobro e o triplo do que ganham aqui. E é aqui pertinho, não precisa ir para Marseille, Paris, seja lá onde for. É aqui em Caxias do Sul, pertinho daqui. E há algumas coisas que temos que aprender com as coisas que estão aqui ao lado da gente. Na questão da cultura, por exemplo, Ver.^a Sofia, é só visitar o Prefeito Daniel Almeida, aqui de Butiá, que está dando exemplos com o orçamento curto e fazendo milagres. Mas também não põe nada fora, não é? Aqui a questão da transparência é um problema. Já disse aqui para os Vereadores que há um projeto meu que obriga... As pessoas já deveriam fazer, mas como não fazem, vamos fazer. A lei anticorrupção de 2016 não está sendo aplicada pela Prefeitura, por isso nós temos problema no Orçamento. Se fosse aplicada, a gente podia confrontar os dados, porque a lei de acesso à informação, que é de 2011, também não existe. Aqui a Prefeitura nos dá, agora, pela Secretaria de Educação, que houve um investimento de R\$ 214 mil em 2017 e que este ano vai investir R\$ 300 mil. Esta conta não fecha. Pelos dados que nós temos da Associação Gaúcha de Escritores e pelos dados da Câmara Rio-Grandense do Livro, estes dados não fecham.

Por que a gente quer discutir aqui? Porque não tem a prática da Lei de Acesso à Informação no *site* da Prefeitura devidamente colocada. Eu estou fazendo um levantamento minucioso, Bosco, sobre esta questão. Eu acho que está na CEFOR o meu projeto sobre a lei anticorrupção, com o Ferronato.

Nós queremos discutir o Orçamento tal qual ele é, quanto entra e quanto sai, como sai o Orçamento. Essas contas... Por exemplo: nós temos, com o Refis que aprovamos aqui, uma anotação de R\$ 50 milhões de arrecadação. Então, está aumentando a arrecadação, mas o Governo vive dizendo que os maiores buracos não são os buracos da rua, mas os do Orçamento. Eu tenho questionamentos de A a Z sobre isso. O Governo não fez nenhuma manifestação aqui nesta Casa. O Moisés está silente, o Luciano Marcantônio está mudo, o Mauro Pinheiro não falou, mas os empresários acabaram de comprar equipamentos na área de segurança, basicamente aqui para Porto Alegre – R\$ 14 milhões. Aí, o Janta tem razão quando ele diz que o Governo não quer colocar R\$ 1,4 milhão na Guarda, nas coisas que ele teria que gastar, porque os empresários estão dando R\$ 14 milhões em equipamentos, e o Governo não quer botar R\$ 1,4 milhão na Guarda! Ver. Camozzato, eu também não ouvi V. Exa. falar dessa doação, V. Exa. que é um liberal. Eu estou falando que eu acho que foi um baita negócio, foi correto. Quem tem, tem que ajudar, tem que dar retorno para a sua cidade, e por isso é que eu louvo esta campanha feita pelo empresariado para dar R\$ 14 milhões. Agora, eu quero R\$ 1,4 mil para a Guarda Municipal. Isso é troco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, Ver. Moisés – nosso Líder, mesmo que eu fosse Líder do Governo, eu não poderia votar a favor desse Veto relativo ao concurso da

Guarda Municipal. Até mesmo porque fui o 1º Secretário lá da Guarda Municipal e fui eu que encaminhei esse concurso. Eu acho que vai ser a maior derrota para esse Governo se não chamar os aprovados no concurso; que são só 100. Eu não sei como o Governo vai fazer, de onde vai tirar, mas tem que chamar, Ver. Moisés! Tem que chamar! Nós fizemos um levantamento e constatamos que dos 400 e poucos guardas que há, a metade da Guarda Municipal – que não chega a 500 – pode pegar o chapeuzinho e ir para casa, estão com idade de se aposentar. E isso se repete nos quadros dos agentes da saúde, professores, muitos estão com idade de pegarem seu chapeuzinho e ir para casa. Então, por favor, olhe com carinho, é um pedido que eu faço ao nosso Líder, que fale com o Prefeito Marchezan de onde vamos tirar, porque eu não tenho como votar contra. Eu fui o 1º Secretário da Guarda Municipal quando foi criada a Secretaria, fui eu que encaminhei esse concurso, então não há como eu votar contra.

Peço que o Governo possa, daqui para frente, alavancar para que não só essa situação, mas também outras, venha mudar. Um abraço do tamanho do Rio Grande.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero me manifestar aqui a partir de uma provocação positiva do Ver. André Carús, quando fez, nessa semana, um Requerimento para que a Comissão de Constituição e Justiça fosse ouvida nessa matéria. A minha posição é de que a Comissão de Constituição e Justiça deveria ser sempre ouvida, e em especial na matéria do Orçamento.

Fui sorteado ontem como quem vai dar o parecer sobre essa matéria e acredito que tenho a maioria dos colegas da CCJ pensando de forma igual a mim. Qual é a matéria? Trata-se da Emenda nº 16 que garante recurso para nomeação de aprovados no concurso 542 da Guarda Municipal. O que ocorre? Houve uma emenda do Ver. Carús destinando um recurso “x” a prover essas vagas e houve uma Subemenda do ver. Valter Nagelstein destinando um recurso maior do que esse para prover as vagas. O que ocorre? De forma atabalhoada, o Executivo Municipal vetou só a subemenda. Portanto, e esse é o parecer e a manifestação que eu vou exarar no requerimento feito pelo Ver. Carús, as duas foram votadas; está aqui no histórico de votação, e as duas foram aprovadas, tanto a emenda quanto a subemenda. Portanto, já vale a emenda; se só a subemenda foi vetada já vale a emenda; a emenda já está garantida. Essa é a leitura.

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, na discussão aqui com os colegas, nós entendemos que o melhor caminho, neste momento, é a derrubada do veto à subemenda, uma vez que o entendimento trazido pela base do Governo é de que o veto à subemenda automaticamente veta a emenda. Então, com o apoio de V. Exa. e de muitos outros

colegas, nós vamos ser vitoriosos na derrubada deste veto para que Porto Alegre tenha mais guardas e se sinta mais segura. Muito obrigado.

O SR. DR. THIAGO: Perfeito; perfeito. O que eu quero deixar claro é que se a disposição é essa, contem comigo, porque é mais recurso para nomeação dos guardas municipais. Agora, o que eu quero deixar frisado aqui, para que se faça uma reflexão disso, à luz do que está escrito, é que, na medida em que a emenda e as subemendas são aprovadas e só uma subemenda é vetada, vale a emenda, por óbvio. Então, Vereador Carús, concordo com isso, estarei junto, porque, na derrubada do veto à subemenda, mais recurso se garante para a nomeação dos guardas municipais, tão necessários para a Prefeitura, para a Câmara e, sim, para os munícipes e para a Cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Vereadores e Vereadoras, eu fui o relator do Orçamento para 2018. Eu estudei profundamente, detalhadamente as 147 Emendas apresentadas. Apresentei um relatório detalhado emenda por emenda. Fiquei sábados e domingos trabalhando para analisar perfeitamente o assunto. E a minha tristeza, Srs. Vereadores e Vereadoras, é que raros Vereadores leram o relatório. Eu aprovei, das 147 emendas, 18 emendas dos Vereadores e 4 emendas populares. Depois, então, de a maioria dos Vereadores não lerem o relatório, veio o meu relatório ao plenário, e aí foram aprovadas mais 24 emendas e mais 12 emendas fora do bloco. Bom, dessas 24 emendas foi um bloco de diálogo, de consenso entre os Vereadores, sendo todas foram acatadas pela Prefeitura. Das 12 emendas fora do bloco, o Prefeito efetivamente vetou dez, então temos 54 emendas aprovadas menos dez que estão tendo seus vetos discutidos. Evidente que as 145 emendas, todas têm o seu mérito. Quem pode ser contra, por exemplo, a segurança, quem pode ser contra a educação, contra a saúde, contra o carnaval? Não pode ser contra.

No entanto, a Prefeitura já não tem recursos para pagar o salário dos funcionários em dia. Hoje está pagando em dia, mas já se sabe que a partir de abril ou maio vai haver o parcelamento novamente, então nós vamos aumentar a folha, ou seja, vamos aumentar a dificuldade financeira da Prefeitura. Nós temos dificuldades para a educação, temos dificuldade para a saúde, e vamos gastar um bom dinheiro no carnaval e deixar de atender as funções básicas da Prefeitura? Então quero dizer o seguinte: tem os vetos, o plenário é soberano, no entanto, quero enfatizar as dificuldades financeiras que a Prefeitura tem. Isso é raro, aprovar 44 emendas no Orçamento e no plenário. Então, foram 54 aprovadas, mas dez vetadas, então, hoje estão aprovadas 44 emendas. E

o nosso Plenário tem a liberdade agora de examinar os vetos. Eu vou concordar com os vetos do Sr. Prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores, primeiro, queria cumprimentar a Comunidade Romeu Samarani, que está aqui representada, queridos, e ainda não está resolvida a situação de uma comunidade que tem recursos para pagar, tem direito de morar onde está morando, e a Justiça acha que pode vender para outros. E a gente quer agradecer, porque tivemos apoio de muitos Vereadores no ano passado e vamos, neste ano, ter a vitória final, tenho certeza. Segundo, dizer que o Orçamento, Vereadoras e Vereadores, as emendas, elas não são gratuitas, as emendas aqui apresentadas são de demandas sociais de lacunas fortes, importantes nas políticas públicas que foram resultado das escolhas de gestão do Prefeito Marchezan. Então, escolher, não garantir Guarda Municipal. Dialoga perfeitamente com a nossa luta por uma educação de qualidade como Adote um Escritor; dialoga perfeitamente com a emenda das piscinas, cujos centros comunitários, Ver, Goulart, alguns têm que estar de portão fechado, porque a violência está entrando onde estão trabalhando com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, que não escolheram estar no crime. Então são todas emendas que o Governo deveria dizer: “Que bom que a Câmara construiu, estamos acolhendo porque percebemos que são questões muito sérias e muito importantes para a comunidade de Porto Alegre”. A Câmara percebeu. Eu quero, Ver. Alvoni, Ver. José, dialogar com a nossa Casa. A nossa Casa aprovou essas emendas, assim como a emenda da Parada Livre – aliás, nós aprovamos e colocamos, Ver. Moisés, no calendário oficial. Nós, aqui na Câmara, repudiamos o fechamento da exposição Queermuseu. Aqui na Câmara, ninguém vem a esta tribuna fazer falas preconceituosas ou que admitam que haja intolerância, que haja aniquilamento do outro só por causa da diferença. Portanto, a Câmara foi muito sábia, Ver. Nádia, nas emendas que fez, tanto que não foram muitas as emendas vetadas. Eu acho que a Câmara deve sinalizar essa compreensão da importância de esses recursos terem essa destinação agora na avaliação do veto.

Quero encorajar os Vereadores com algumas notícias que estavam nos jornais esta semana que contrastam com a postura do Prefeito, que quer vender tudo. Uma das notícias fala de arrecadação recorde da Prefeitura nos seus tributos próprios. A outra notícia, no final da semana passada, é que o ICMS, imposto estadual que virá para o Município de Porto Alegre, teve arrecadação recorde nos meses de janeiro e fevereiro, portanto, há uma recuperação de finanças. Nós já discutíamos as finanças, a compreensão do Prefeito de que estava tão dramático assim o que se refere às finanças;

e, agora, os indicadores são de mudança positiva nas finanças de Porto Alegre. Essa é, portanto, mais uma razão para nós sermos firmes aqui e não abirmos mão do diálogo da cultura com a educação, sermos firmes e não abirmos mão da condição de cada escola ter um guarda municipal junto a ela, cada posto de saúde, cada centro comunitário. A ausência de vocês interrompe o trabalho das políticas públicas e expõe alunos e professores, como nós vimos acontecer no ano passado.

Quero encerrar dizendo que nós não aceitamos esse Estado mínimo para cima da educação, da cultura e da nossa segurança. A ATEMPA está aqui dizendo que fecharam – e eu já sabia -, mas o Conselho Escolar está se rebelando contra o fechamento da EJA, Educação de Jovens e Adultos. Onde? Na escola Wenceslau Fontoura! Em uma comunidade pobre e empobrecida, sem alternativas! E a Educação de Jovens e Adultos à noite é a alternativa que aumenta a escolaridade para o acesso ao emprego, é a referência da escola! É quase em Alvorada! É o único equipamento que a escola tem. E o Governo do Estado fechando a EJA Paulo Freire aqui na Bordini! O que é isso?! Os dois Governos descumprindo o Plano Nacional de Educação, descumprindo o Plano Municipal e o Estadual que determina o aumento da escolarização para os jovens e adultos! Isso é ilegal! Não tem amparo legal!

Portanto, nós vamos votar o Orçamento de forma afirmativa para não permitir a redução de direitos, porque há na legislação a proibição de redução de direitos! O Orçamento tem que fazer essas escolhas, escolhas pela vida e não escolhas pela morte, que é o que está acontecendo na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os trabalhos na tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores, Vereadoras, eu subo nesta tribuna neste momento de discussão para falar um pouco sobre escolhas. De acordo com os princípios do livre arbítrio, os seres humanos, ao longo da sua existência, têm a possibilidade de fazer escolhas, de determinar seus rumos e os seus destinos. Infelizmente, na Prefeitura de Porto Alegre existe uma pessoa que encabeça um Grupo de Trabalho que toma decisões e rumos bastante questionáveis. De modo que nós estamos aqui, neste momento, discutindo a derrubada do veto para algumas emendas no Orçamento que são muito sensíveis para boa parte da população desta Cidade. Uma dessas emendas, a que mais se refere à minha área principal de atuação, que é a educação, é a emenda do Adote. Nós precisamos manter essa política pública na Cidade, porque, com a diminuição do apreço pela leitura, pela cultura em geral, nós estamos limitando as perspectivas futuras das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adolescentes. E de certa forma isso contribui para empurrá-los aos braços da criminalidade. Dar um livro a uma criança é abrir seus horizontes. E, portanto, venho fazer a defesa, neste momento, da derrubada

do veto frente a essa Emenda que pode garantir um maior avanço pelo apreço à leitura. A leitura, assim como o esporte, salva vidas!

Para fazer um contraponto eu trouxe aqui o Orçamento, para que vocês tenham noção. A emenda que se refere à nomeação de guardas municipais, para garantir mais segurança aos nossos municípios, não chega aos pés dos investimentos previstos pela Prefeitura desta Cidade para programas questionáveis – no mínimo, questionáveis. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico trouxe dois programas: o Programa Investe, que visa promover políticas públicas de desenvolvimento para cadeias produtivas, estratégicas, atuais e potenciais, e reformular incentivos locais – quando eu ouço falar em incentivos, me arrepio todo, porque geralmente, dentro da lógica da política brasileira é incentivo para quem já tem dinheiro, isenção para quem já tem dinheiro, e esse dinheiro vai faltar para alguma outra área, que mais interessa à população mais carente desta Cidade, como por exemplo, a educação, a cultura e a segurança. Para esse Programa - o Investe - a Prefeitura aloca R\$ 3,934 milhões – R\$ 3,9 milhões para um Programa com vistas a atrair inventos através de incentivos.

E o Programa Empreende, que vem logo após, ainda na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, aloca R\$ 4,886 milhões para a criação, por meio de parcerias com a iniciativa privada, de PPPs. Se o Prefeito vende a ideia da PPP para prestar serviços à população sem custos ao Município, ele traz dentro da peça orçamentária quase R\$ 5 milhões em 2018! Que baixaria é essa? Essa é a Cidade que ele pretende, mas nós não podemos ser coniventes com isso; é um absurdo. Áreas sensíveis, as mais sensíveis à nossa população, como a segurança, estão desguarnecidas. E não venham me entregar um papelzinho dizendo que a Prefeitura pretende investir R\$ 300 mil no Programa Adote. O Programa Adote não está na peça orçamentária! Eu não confio nas promessas deste Prefeito, não confio! Então, eu não vou depender da boa vontade desse cidadão para aprovar um programa tão importante para as nossas crianças. Eu peço um minuto, Ver. Mauro Pinheiro, que preside esta Sessão, para concluir, que também existem outras emendas meritórias. A nossa Cidade, na última tempestade que presenciamos, ficou embaixo d'água. Embaixo d'água! A Ver.^a Mônica Leal traz uma emenda de R\$ 2,9 milhões para canalização de determinadas áreas que têm alagamentos constantes. O DEP foi esartejado nesta Cidade, esartejado, acabaram com o Departamento de Esgotos Pluviais! E ninguém está prestando esse serviço. Aliás, ninguém sabe sequer os trabalhadores do antigo departamento sabem sob qual guarda-chuva eles estão. Estão batendo cabeça, estão perdidos, porque quem está comandando a pasta também não os orienta bem. Não os orienta bem, não sabe qual é o funcionamento e os organogramas de trabalho. Portanto, a nossa Cidade está às moscas! Peço atenção dos Vereadores para derrubada do veto dessas emendas que vão trazer um enorme prejuízo para os cidadãos de Porto Alegre. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo Ver. Mauro, comandando os trabalhos desta Sessão. Estamos discutindo, nesta tarde, principalmente essas dez emendas que, como sempre falo, o plenário é soberano. Goste ou não goste, é aqui que se decidem as coisas. Quero saudar as Vereadoras, os Vereadores, pessoas que estão aqui do Adote. Queria aproveitar a oportunidade, com a presença de vocês, e dizer que vou votar a favor dessa emenda. Quero fazer uma leitura aqui: o Brasil levará 260 anos para atingir o nível de leitura de países ricos. A estimativa é do Banco Mundial em relatório que debate a educação e aprendizagem em vários países. Alunos brasileiros devem demorar 75 anos para ter o mesmo conhecimento em matemática a estudantes de países desenvolvidos. Segundo o estudo, 125 milhões de crianças não têm conhecimento básico em leitura, mesmo estando na escola. Imagina se não tiver apoio dessa natureza. Falando sobre esse tema, sobre essa emenda, ouvi aqui do Líder do Governo, nada contra nem a favor, só uma análise, em 2017, a base do Governo coloca na nossa mesa, investimento de R\$ 214 mil; 2018, previsão de R\$ 300 mil, e a emenda é de R\$ 400 mil. Mas cadê a sensibilidade? Será que não dá para acoplar, acordar, não dá para entender que de 300 para 400 são R\$ 100 mil? Será que não dá para tirar de outra rubrica para fazer o complemento e automaticamente... Mas que falta de sensibilidade, me desculpe! É porque é de oposição. Aqui não tem oposição, aqui são todos Vereadores que defendem o interesse da sociedade porto-alegrense. O Ver. Nedel, meu colega, veio com toda a sua propriedade, realmente V. Exa. foi Vereador-Relator. Parabéns! Mas num dos votos, o senhor se absteve. Isso mostra que o plenário é soberano. Por mais que se decida numa Comissão, se pode mudar o voto aqui, se pode discutir o voto aqui, se pode reconhecer do Relator, que reconheço, o belíssimo trabalho do Ver. Nedel, mas aqui é um pouco diferente. A peça orçamentária é muito importante, mas, para nós, às vezes, além da peça orçamentária, as emendas podem ser muito mais importantes para uma sociedade, para uma comunidade que vem acoplar dentro do Orçamento. Então, é por isso que é importante o Vereador, porque ele representa a sociedade porto-alegrense, a sua comunidade, ele luta pelo interesse das pessoas.

Com relação a uma emenda deste projeto, se não me engano, do Ver. Oliboni, que trata da reforma de quadras, eu entendo que esse tipo de assunto não precisava constar em emendas. Acredito que seja um assunto pertinente a uma determinada Secretaria, Ver. Barbosa. Eu estou aguardando há um ano que marquem uma quadra de futebol de salão e que a tela seja estendida, mas isso uma Secretaria poderia fazer, não precisaria constar do Orçamento. Quando há uma Secretaria pertinente para esse tipo de assunto – e tem, eu só não sei se é da competência da SMAMS, da Secretaria de Esportes, da SMOV, pois o que temos é uma confusão terrível... Então, a emenda é, sem dúvida, prioridade do Vereador em relação à sua comunidade e à Porto Alegre. Eu votei contra algumas, a favor de outras, e entendo que essa é pertinente ao Vereador, ou seja, ele não pode ser atropelado; ele tem que ter o seu conhecimento e, naturalmente, entender qual é necessária ou não.

Nós temos dez emendas, e eu estou aguardando o pronunciamento dos proponentes de muitas delas para a gente saber se eles vão continuar com a mesma ideia ou se vão desistir. Se eles desistirem, vou acompanhar o raciocínio do Vereador ou da

Vereadora, Ver. João Bosco, porque é sinal de que ou houve um acordo, ou ela não é mais necessária no momento. Mas eu tenho que aguardar. Há emendas que foram vetadas, e eu preciso saber qual é o posicionamento do Vereador depois do veto, ou seja, se ele vai desistir, se vai continuar, se houve acordo com o Governo. Eu acho que faltou um pouquinho de bom senso, mas prova que esta Casa, este Plenário são soberanos e que, naturalmente, o Vereador tem a sua prerrogativa para colocar emendas no Orçamento. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, alguns colegas aqui desta Casa, Vereadoras e Vereadores, já devem ter ouvido aquele jargão que diz: “O Orçamento é apenas uma peça de ficção”. O que, na verdade, é um equívoco. Quando o Ver. Cassiá vem aqui e expõe que o Vereador tem o direito de apresentar a sua emenda ou emendas, ele tem toda razão, e o Prefeito também tem o direito de vetar. Agora, essas emendas que estão aqui não farão falta para o Orçamento da Prefeitura, primeiro, porque não estão saindo da saúde. Para quem não sabe, está na Constituição, que os governos municipais precisam gastar com a saúde 15% do Orçamento, porque, senão, podem responder por improbidade administrativa. Porto Alegre não gasta 15%, gasta 21% em saúde, e já gastava antes. Não sai da educação e também está na Constituição que os governos municipais precisam gastar 25% do seu Orçamento com educação, porque, senão, também respondem por improbidade administrativa. Porto Alegre investe 27,5% em educação. Pelo que vi dessas emendas, essa questão do livro, essa questão do dinheiro para as piscinas públicas, essa questão da Guarda Municipal, ou uma emenda que fiz para o carnaval, várias dessas dez emendas, o dinheiro está saindo do contingenciamento. Ou seja, o Sr. Prefeito pode contingenciar, separar, não usar até 1% do líquido do Orçamento, que hoje daria R\$ 62 milhões; mas o Prefeito Marchezan contingenciou R\$ 65 milhões, mais do que prevê a lei. Por exemplo, esta Emenda nº 01, de minha autoria, que é R\$ 1 milhão para cumprir a Lei Dilamar Machado, que está viva, que está funcionando, que está ativa, é para a estrutura do carnaval – não é para as escolas de samba –, e sai do contingenciamento. As piscinas públicas, este ano, que foram construídas pelo então Prefeito Villela há 45 anos, estão um caco, precisam de investimento. Isso não é gasto, é investimento. A mesma situação dessa questão do livro. Há uma outra emenda importante da Ver.^a Mônica em relação a obras na Cidade. Então, vetar por vetar... É o que eu falo sempre: chega o assessor lá, com o veto pronto “Prefeito, assina aqui.” Eu duvido que algum assessor discuta com o Prefeito. Eu duvido. Já vai lá pronto! Já vai pronto! Mas esses mesmos que dizem que têm que vetar as nossas emendas são os que ganham R\$ 40 mil e que acham que mandam no Município de Porto Alegre. Então eu quero dizer aqui, depois eu vou voltar, que eu voto a favor do projeto do livro; do

Adote; voto a favor da minha emenda, óbvio; a favor da emenda para as piscinas; a favor da emenda da Guarda Municipal, do Ver. Carús, porque são emendas importantes e que não mexem... Hoje eu li no jornal Zero Hora sobre a economia que a Prefeitura fez com os eventos. Mas parece uma grandiosidade dizer que não ofereceu lazer. Está escrito na Constituição que os governos precisam oferecer lazer e divertimento para as pessoas também. E está escrito no que economizou R\$ 7 milhões com o carnaval. Não é verdade! No último ano do Governo Fortunati só foram passados R\$ 3 milhões para estrutura e som. Mas ninguém discute com quem conhece. Eles nunca vêm aqui para perguntar. Nós temos professores, poderiam falar sobre educação; nós temos ex-secretários da SMIC, que podem ser ouvidos em várias situações, mas nós não somos ouvidos para nada, meu Líder. Para nada! Aí colocam no nosso colo emendas que são importantes e que não vão influir no Orçamento que a Prefeitura precisa para essas áreas essenciais: educação e saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação, em bloco, os Requerimentos solicitando votação em destaque da Subemenda e Emendas, já nominadas, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, na presidência dos trabalhos; colegas Vereadores, colegas Vereadoras, cidadãos e cidadãs das galerias. Quero fazer só um retrospecto importante. Na aprovação, aqui, da nossa Lei Orçamentária anual, nós discutimos em torno de 150 emendas aqui no Plenário, exaustivamente! Foi falado aqui por vários Vereadores, pelo qual agradeço, tanto da oposição, do bloco independente, quanto da situação, que o veto foi para dez emendas no máximo, ou seja, tivemos em torno de 150 emendas, com veto do Executivo para dez emendas no máximo. Isso realmente é respeitar esta Casa. Não me lembro se em outros exercícios, em outras gestões anteriores em Porto Alegre, os vetos foram em quantia tão pequena em relação ao que foi encaminhado da Câmara de Vereadores para o Executivo. Então, existe, sim, diálogo entre o Executivo e a Câmara de Vereadores; existe, sim, respeito aos Vereadores. Estamos até agora aqui dialogando sobre a subemenda e a emenda ao projeto relativo aos recursos para a Guarda Municipal. Infelizmente, foi feita uma subemenda, e saiu da Câmara o Projeto para o Município, com a lei, colocando a subemenda, não a emenda; tecnicamente, juridicamente, a PGM fez o correto, vetou a subemenda. Isso faz com que invalide a emenda, que nem saiu da Câmara, através da resolução, para o Executivo. Mesmo assim, a emenda do Ver. André Carús tem muito mérito! Mas nós estamos dialogando e chegando a essa compreensão até o momento, do porquê foi vetada a subemenda, caindo, assim, a emenda. Isso é sinal de diálogo, de respeito. Nós estávamos discutindo aqui com a Fernanda. Ah! São mais

R\$ 100 mil! Pessoal, já foi discutido um orçamento de milhões; conseguimos só ter que discutir o veto a dez emendas, em mais de 150 emendas, isso é muito diálogo e muito respeito a esta Casa! Não é dizer que são só R\$ 300 mil ali, é só mais R\$ 2 milhões para a Guarda Municipal, é mais R\$ 1 milhão para o projeto Adote um Livro e vai mais um milhão... Não, já foi discutido aqui um orçamento milionário, onde nós votamos em consenso mais de 140 vetos, restando apenas para debater aqui esses últimos dez.

Então, agradeço muito o amadurecimento da Casa, eu faço questão de fazer esse registro para mostrar que isso é uma construção de meses. O trabalho que o Ver. Nedel fez na CEFOR com os outros colegas, que é a comissão que administra, que tem a prerrogativa de avaliar o nosso Orçamento anual, as emendas, ou seja, há muita discussão, sim, há muito respeito sim. Eu ouvi atentamente o Freitas aqui, que foi Secretário da Segurança, nós temos que respeitar o que ele falou aqui. Claro que nós, Governo, queremos que esses vetos sejam mantidos, porque dentro de tudo que foi trabalhado aqui, tudo que era muito importante para a Cidade, 90% das demandas dos Vereadores foram acatadas pelo Governo Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Sempre que trato sobre o orçamento, eu faço questão de dizer que este momento de discussão das leis orçamentárias, Ver. Mauro Zacher, tanto do PPA, que vale para quatro anos, como da Lei de Diretrizes e, depois, do orçamento anual, logicamente, Ver. Cláudio Janta, é um dos momentos mais importante do Parlamento, que é justamente arredondar, ajustar, fazer os ajustes necessários na peça orçamentária, Ver. José Freitas, que é prerrogativa do Executivo encaminhar. Acho que convém lembrar, Ver.^a Comandante Nádia, alguns requisitos em relação à Lei Orçamentária. Primeiro que ela é autorizativa, ela não gera obrigação de execução daquilo que está na lei por uma simples questão: ela depende da execução das receitas. Não podemos também deixar de lembrar o Ver. Ferronato, que é Professor da área de Orçamento há mais de 40 anos, que a peça orçamentária deste ano veio com a previsão de déficit de quase R\$ 708 milhões. Ou seja, a nossa previsão de receitas não vai ser suficiente para comportar aquelas despesas que nós temos certeza que irão acontecer. O Ver. João Carlos Nedel foi o Relator do Orçamento deste ano, e como aqui bem colocou o Vice-Líder do Governo, meu companheiro Luciano Marcantônio, nós tivemos 149 emendas e mais uma porção de subemendas. Então, foram 180 dispositivos alterando o formato inicial que o Executivo havia encaminhado para cá. Nós temos uma previsão de receitas este ano na casa de R\$ 7.241.326.000,00. Com o esforço que foi feito aqui no plenário de toda articulação das discussões, nós conseguimos aprovar 54 emendas, que totalizavam R\$ 42 milhões, mas o Governo, que aqui colocou o Ver. Luciano

Marcantônio, praticou, dentro da sua prerrogativa, o veto em 10 emendas que somam R\$ 8,271 milhões – isso é 1,14% do Orçamento. Nesses R\$ 8 milhões, cinco emendas são responsáveis por R\$ 7,7 milhões, outras cinco emendas têm um valor bem menor. Mais do que isso, nós temos lá na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada anualmente, um limite de suplementação por decreto, que depois de tudo isso aqui ajustado, mesmo que se derrube todos esses vetos, o Governo, por decreto, vai poder manejar, dentro da sua necessidade, e não poderia ser diferente, 10% do Orçamento. Então, quase R\$ 724 milhões o Governo pode manejar. Então, acho que exercendo a prerrogativa que tivemos de emendar, de discutir, de aprovar as emendas, este é outro momento, o Governo está dizendo, dentro desse momento de discussão, que não pode acatar mais essa mudança naquilo que estava previsto na sua peça original. Como o momento é de discussão e nós vamos ter depois o encaminhamento individual de cada uma das emendas, eu só queria aqui, ao final, dizer que é o meu sexto ano de legislatura, estou discutindo o quinto Orçamento e, realmente, eu nunca vi um Orçamento que tivesse tão poucas emendas em quantidade e em volume de recursos. Sinal de que tivemos um excelente trabalho aqui na Câmara Municipal, tanto na preparação da LDO, depois na discussão e votação do Orçamento, no trabalho do Relator João Carlos Nedel, e também na articulação de todas as forças vivas aqui da Câmara Municipal, com o próprio Executivo Municipal, para a manutenção da grande maioria daquilo que foi alterado da peça original aqui proposta. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Luisa Stern está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

A SRA. LUISA STERN: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; demais Vereadoras e Vereadores, eu venho aqui fazer a defesa de um evento muito importante para a comunidade e para a Cidade, que é da nossa Parada Livre LGBT. Nós queremos dizer que sempre tivemos apoio do Município, em gestões anteriores. O Ver. Luciano Marcantônio, que foi Secretário de Direitos Humanos, na sua época, tínhamos seu apoio para a Parada Livre. No ano passado, além de não ter nenhum apoio da Prefeitura, ainda teve a cobrança de taxas, dificultando ainda mais a realização da Parada. E o que é pior: se a Parada Livre conseguisse financiamento de empresas particulares, teria que pagar uma taxa muito maior do que o financiamento, para receber um patrocínio de R\$ 2 ou R\$ 3 mil teria de pagar uma taxa acima de R\$ 10 mil para o Município, o que inviabilizou o recebimento de patrocínio da iniciativa privada. E ainda foi cobrada uma taxa de limpeza, que parece pouco, de R\$ 1,2 mil, mas para quem não tem recurso é muito. E nós lembramos que eventos aí como comemoração de futebol, que deixam toneladas de lixo na Goethe, não têm cobrança, não se cobra taxa de ninguém para fazer a limpeza depois. Nesse sentido – o valor é pequeno para a Prefeitura, mas importante para a comunidade LGBT –, venho fazer a defesa da Emenda nº 101, do Ver. Roberto

Robaina, que destina R\$ 60 mil para a Parada Livre de Porto Alegre. É pouco para o Município, mas importante para o movimento social. A gente já vem enfrentando problemas com a falta de nomeação de integrantes para os conselhos; o Conselho dos Direitos Humanos não está funcionando; há falta de recursos para outras áreas. O mínimo que se pode fazer por essa comunidade é manter a emenda, derrubar o veto, para que a Parada Livre tenha um mínimo de recursos. No mesmo sentido de que já se falou do carnaval, de outros eventos, a Parada gera receita, movimentando a economia da Cidade, vem gente do Interior do Estado, pessoas que se hospedam aqui, que consomem aqui, que lotam bares e restaurantes no dia anterior e no dia da Parada e que acabam gerando receita para o Município em valores muito superiores a isso. Então, é por isso que vou pedir aos colegas Vereadores e às colegas Vereadoras que votem a favor da emenda que destina recurso para a Parada Livre e derrubem o veto do Governo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nosso abraço especial especialmente às mulheres que estão assumindo, neste momento, aqui da Câmara. Quero dizer da importância e do enriquecimento do debate que vocês trazem para nós nestes dias. Eu vou fazer um encaminhamento bastante diferente de tudo aquilo que aqui se falou. Pelo que estou compreendendo, nós estamos discutindo o projeto, o processo todo de veto. Depois da discussão do veto ao projeto, nós vamos encaminhar emendas por emendas, até porque elas foram todas destacadas. Depois do encaminhamento de cada emenda, são nove, uma a uma, nós vamos encaminhar a votação do projeto. Sem nenhuma observação maior, eu acho que isso vai levar em torno de duas semanas de discussão. Eu acredito que aqui o mais razoável seria - até porque concordam aqueles que falaram, foram poucas as emendas vetadas, Ver. Nedel - que nós sentássemos e fizéssemos um acordo. Se são oito emendas vetadas, que se mantenha o veto de quatro e se derrube o veto de mais quatro. Com isso nós estaríamos agilizando o processo, acertando questões de cada uma, porque as emendas todas são importantes. E até me atrevo a dar uma proposta aqui, até pelas manifestações que aqui tivemos. Eu acredito que a emenda dos R\$ 400 mil reais que vocês discutem e defendem desde o início, pela presença e pela mobilização de vocês, é uma que nós deveríamos aceitar num acordo. Acredito que outra emenda que se poderia aceitar é a emenda dos nossos jovens futuros guardas municipais. Já foi dito, se vai, se não pode, se nomeia ou não. A presença do valor da emenda não assegura nenhuma obrigatoriedade por parte do Executivo, mas ela sinaliza que a Câmara se manifeste pela visão da necessidade da chamada de guardas. Eu acho que em homenagem à Vereadora que me antecedeu, que defende a ideia da Parada Livre, seria outra que nós podíamos aceitar. E depois discutimos mais uma,

aprovaríamos quatro, manteríamos o veto de mais quatro. Estaríamos agilizando e mais: valorizando, reconhecendo e respeitando a presença das pessoas que estão aqui no plenário desde os primeiros momentos em que se começou a discutir o assunto. Com isso, acredito que daremos um passo importante para a valorização do Vereador, para o reconhecimento das pessoas presentes e podemos nos entender neste caminho. Esta é a minha proposta. Aquele abraço. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos. Ouvi atentamente os Pares que me antecederam. Muitas vezes subi aqui e fui repreendido por alguns colegas. O ano passado era o meu primeiro ano e o meu primeiro mandato, e eu aprendo todos os dias aqui com as colegas e os colegas Vereadores.

Fui abordado ali fora pelo ex-Secretário Roque Jacoby, com o qual tenho o prazer de dizer que aprendi muitas coisas, pois o conheço desde pequeno, desde a época em que ele tinha a Mercado Aberto; conheço o seu compromisso com a cultura e com o livro. Ele me perguntou se a Prefeitura estava extinguindo o projeto do Adote. Eu respondi que queria deixar claro que aqui na Casa não havia chegado nenhum documento falando sobre a extinção do projeto e que, inclusive, eu tinha recebido o custo...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MOISÉS BARBOZA: Se vocês puderem me deixar concluir, eu agradeço.

Eu disse ao ex-Secretário Roque Jacoby que não era verdade. Então, eu subi aqui para deixar claro que não há extinção do projeto. Eu já disse aqui que foram gastos mais de R\$ 200 mil no projeto. Este ano já tem reservados mais de R\$ 300 mil. A emenda que foi apresentada aqui e que foi vetada era de R\$ 400 mil, e, no meio desta discussão grande à tarde, eu ouvi os Pares dizerem algumas frases. Um Vereador, aqui, colega, que eu respeito muito, disse assim: “Se nós derrubarmos o Veto do Prefeito e apoiarmos o projeto, nada assegura que o projeto receberá esses recursos.” Aí, o outro disse: “Não farão falta os R\$ 40 mil, ou os R\$ 60mil, não será tocada a saúde, a educação.” E aí, eu fico me perguntando a lógica disso, das pessoas quererem, primeiro, dizer que algumas coisas serão extintas, que não serão, outras, de ficar se desgastando, discutindo e não ter garantia das coisas. E aí eu fui me perguntar: por que um administrador vetaria algo que ninguém, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, é contra? Ninguém é contra o projeto Adote um Escritor, ninguém é contra as emendas para o esporte, ninguém é contra a questão da parada. Eu, na realidade, tive a sorte e a

satisfação de apresentar aqui a inclusão no calendário municipal. E aí, eu, com tantos números para cá e para lá - não farão falta R\$ 10 mil, não farão falta R\$ 60 mil -, gente, contingenciamento? Mas contingenciamento do quê? Vamos ser sinceros, eu preciso, aqui, para a minha tarefa, ser responsável e dizer o seguinte: desde 2004, gente, isso aqui é uma planilha, isso é matemático, o histórico de déficit de Porto Alegre, eu faço o reconhecimento ao Governo Fogaça aqui, pois só no Governo Fogaça tivemos dois anos em que a receita foi maior do que a despesa. Como é que eu vou contingenciar, Ver. João Carlos Nedel – brilhante relator? Como é que eu vou contingenciar se nos faltam no orçamento R\$ 369 milhões? Eu vou contingenciar de onde e o quê? Olhem só: é óbvio, eu gostaria, como líder do Governo, como Vereador do PSDB, de fazer várias emendas para os projetos que eu, há 20 anos, me envolvo, contra as drogas, gravidez precoce, DST-Aids, combate ao preconceito, mas, gente, o recurso não existe! Então, eu vou ficar discutindo aqui? Com todo o respeito, a gente tem aqui o crescimento de despesa acima de receita! A gente tem aqui a despesa crescente com pessoal, que vai extrapolar em 50%. Então, eu vou ser sincero com vocês: eu não estou discutindo o Adote. Gostaríamos o Ver. Roberto Robaina e eu de ajudar financeiramente, e acho a nós podemos fazer, há vários projetos aqui, como pessoa física. Agora, ficar discutindo, discutindo, discutindo sobre um orçamento que nós não temos, gente! Não tem o recurso! Eu vou passar a tarde inteira aqui para, vamos dizer assim, ser simpático a isso ou aquilo, dizer que eu quero recurso lá. Todos nós queremos, mas nós temos que ter a responsabilidade de dizer: gente, nós não temos recursos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, nós estamos desde aquela hora discutindo, então está bom. Então o negócio é importante. Eu pensei que já fosse outra discussão. Então vou continuar. O Ver. Moisés Barboza fala da lógica. Eu vou novamente falar da minha experiência de vida, vou falar de outra coisa. A lógica diz o seguinte, se eu não tenho dinheiro para pagar a luz, a água, eu não faço mais nada. A lógica é a seguinte: se o Governo não tem dinheiro, eu volto a dizer, o Governo tem que ser firme – firme! Determinado! Não para punir o povo de Porto Alegre tirando a piscina das pessoas mais humildes, porque o Governo não conhece pobre, desculpem-me. Fazer discurso na tv para pobre é uma coisa, conhecer a realidade do dia a dia de uma criança que passa fome e vir dizer que a merenda escolar engorda! O que engorda, minha gente, são essas coisas fritas, o que engorda são essas porcarias que permitem que vendam em Porto Alegre e não tem uma contrapartida para botar nos hospitais de Porto Alegre, para melhorar a vida das pessoas. E eu entendo muito bem de gordura, e eu entendo muito de passar fome. O que engorda não é a merenda escolar. Então, não venham dizer que merenda escolar engorda. Para começar, tu não entende de pobre em

Porto Alegre, e aí acaba com as piscinas, acaba com o carnaval de Porto Alegre. E não é o dinheiro do carnaval, é colocar lá a estrutura que a Lei determina que tem de botar. As nossas escolas estão desfilando no Interior do Estado. Como o Interior tem dinheiro para levar as nossas escolas para desfilar, tem estrutura para as nossas escolas desfilar? Aí acaba com o livro, já dei o relato, aqui, da minha infância, do que me foi permitido conhecer, viajar, sonhar através da leitura. Aí acaba com a sensação de segurança da população, que é a Guarda Municipal, quando faz discurso e não permite que mais agentes entrem na Guarda Municipal, acaba com o lazer da população de Porto Alegre. E fica dizendo que não tem dinheiro, porque não cumpre com o que tem de cumprir. Tinha um teto de R\$ 19 mil e cedeu, liberando geral o salário dos funcionários de Porto Alegre, para R\$ 40 mil, R\$ 50 mil, seja lá o que for. Não tem limite em Porto Alegre, porque ficou o limite do Estado e, no Estado, caiu o limite por decisão judicial. Então, fazem um discurso frouxo, um discurso para punir os pobres. Aí diz que não tem dinheiro e aprova mais de 150 emendas. Quem não tem dinheiro não aprova nada. Se eu não tenho dinheiro para pagar a luz e a água, eu não vou levar a minha família para passear no parque. Se eu não tenho dinheiro para luz e para a água, eu não vou fazer assinatura de TV a cabo. Se eu não tenho dinheiro para a luz e a água, eu não vou comprar carro, eu não vou andar de carro, não vou botar gasolina no carro. Pelo amor de Deus, aí aprovou um monte de emendas, aprovou R\$ 42 milhões em emendas e faltam R\$ 8 milhões. Não vai aprovar. Aí não tem R\$ 100 mil para a parada *gay* de Porto Alegre, que leva milhões e milhões de pessoas em São Paulo, no Rio de Janeiro, que faz entrar milhões nos cofres do município. Tu dá R\$ 100 mil e ganha milhões. Aí eu acho que já é burrice. Aí me desculpa, mas é preconceito, é burrice, porque eu dou R\$ 100 mil e ganho milhões. É que nem o carnaval, várias cidades ganham dinheiro com o carnaval, dão infraestrutura para o carnaval. Quer dizer, está tirando coisas das pessoas, está tirando coisas do orçamento, como o Adote. Dizer que deu R\$ 214 mil para 98 escolas, isso dá R\$ 2.183,67 para cachê de autor, aquisição de livros e visita à Feira do Livro. E não deu nada para a Feira do Livro. Nada! Nem a limpeza da Feira do Livro foi feita este ano. Como é que uma escola com um orçamento anual de R\$ 2.183,67 vai conseguir dar cachê para o autor, aquisição de livros e ainda fazer visita na Feira do Livro com esse valor ao ano? Então estamos pedindo R\$ 100 mil, e aí vejo que é birra, porque diz que tem R\$ 300 mil. Na verdade são R\$ 100 mil a mais para um pai que diz para os filhos que não tem dinheiro para nada, mas aí faz o Prefeitura nos Bairros e gasta milhões, lança um filme que não interessa a ninguém, e aí faz coquetel. O que é isso? Se eu não tenho dinheiro para pagar a luz e a água, eu não vou fazer assinatura de TV, eu não vou andar de carro. Vamos parar com a demagogia de dizer que a Prefeitura não tem dinheiro. Tem dinheiro porque está gastando com outras coisas e não está investindo no bem estar das pessoas mais pobres da cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial, por cedência de tempo da Ver.^a Natalia Alves.

O SR. ADELI SELL: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, na presidência dos trabalhos. Obrigado, Ver.^a Natália Alves pela cedência de tempo. Sou obrigado a contestar algumas coisas que estão sendo faladas aqui. Em primeiro lugar, o Governo confessa que costuma jogar com 10%. Quando nós passamos pelo Governo, para a gente conseguir, a gente fechava sempre em 4,5%, e era uma parada, era uma dificuldade, porque evidentemente o Prefeito tem que ter alguma maleabilidade, agora, 10% é demais! E se fosse para jogar para o bem, mas está jogando para o mal. Alguém já colocou no Portal Transparência quanto foi gasto na viagem do Prefeito e o que trouxe de retorno? Para fazer *selfie*, ficar no Facebook.? Eu vou repetir o que um professor meu sempre diz: “Menos *face*, mais *book*.” Para o Prefeito vou dizer, menos *face*, mais *street*.” Mais rua, mais rua, viver a Cidade, viver mais o cotidiano das pessoas. Tchê, será que o Prefeito já entrou e foi verificar as bibliotecas públicas do Município? Será que ele conhece o Centro Municipal de Cultura? Será que ele foi numa escola no Barro Vermelho para ver o trabalho que o pessoal está fazendo lá, com suor, sangue e lágrimas para conseguir livros? Escritor faz de tudo para ir para a periferia, para falar com a garotada. Fizemos uma reunião aqui, não é, Fernanda? Eu me emocionei. Uma menina do Ensino Médio, um guri da universidade com aquele olhar apaixonado pela leitura, fazendo pelos seus colegas, e nós aqui ficamos discutindo uma emenda de R\$ 400 mil para livros? Eu sou da pequeníssima Cunha Porã, que ninguém sabe onde fica, em Santa Catarina. O Prefeito, na década de 1960, doou a sua magnífica biblioteca para o Município, porque ele era um médico, veio daqui, tinha muitos livros. Eu era filho de um coloninho, me apaixonei e vim para Porto Alegre para estudar Literatura, gente, Literatura. Virei professor de Literatura, mas onde estamos? Esta cidade tinha orgulho de falar da Biblioteca Pública do Estado. A gente ia, sábado de manhã, porque tinha incentivo à leitura. A garotada tem quer conhecer o escritor. Nós temos gente maravilhosa escrevendo em Porto Alegre. Inclusive, nós temos uma geração de novos escritores fenomenais, não vou citar mais nenhum aqui para não cometer injustiça. Outra coisa, piscina? A Ver.^a Sofia, o Ver. Janta já falaram, gente, é onde as pessoas que não têm para aonde ir podem estar no fim de semana, piscinas públicas. Outra coisa, Guarda Municipal, eu falei aqui, ninguém falou mais! A doação de R\$ 14 milhões em equipamentos para a segurança, e não quer dar R\$ 1 milhão para a Guarda Municipal. Mas aonde é que nós estamos? Que País é este, que Cidade é esta? Pequenas emendas, mas por trás tem um projeto, não é uma preocupação, Thiago. R\$ 100 mil, R\$ 200 mil. Não, é disputa política. Eu mostrei, numa reunião da Comissão de Constituição e Justiça, num veto que o Prefeito fez a um projeto da Ver.^a Fernanda Melchionna que eu fiz uma contestação. Foram quatorze páginas para fazer um veto parcial num projeto de um programa que a Ver.^a Melchionna apresentou aqui sobre assédio sexual em ônibus, discutindo se pode ou não pode exigir uma ouvidoria de uma empresa. Eu já expliquei antes, eles não obedecem a Lei de Acesso à Informação e a Lei

Anticorrupção. Não tem *compliance*! Ficam falando essa palavrinha em inglês, *compliance*, que significa conduta, comportamento. Esta Prefeitura não tem conduta, não tem comportamento, não tem nada, não tem gestão! Nós estamos aqui para tentar ajudar, o Prefeito não se ajuda, não se deixa ajudar, e as suas lideranças aqui estão seguindo o caminho. Eu lastimo profundamente. Viva Porto Alegre! Não nos acovardamos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. MAURO PINHEIRO (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Tem uma frase de Thomas Sowell, pensador norte-americano, que eu acho muito interessante para este debate sobre Orçamento. Ele disse, certa feita, que o fato de que muitos políticos são mentirosos não se deve exclusivamente à classe política, mas muito aos eleitores. Quando os eleitores querem algo impossível, somente os mentirosos podem satisfazê-los. Eu trago essa reflexão aqui nesta discussão do Orçamento porque, hoje, quando nós debatemos o Orçamento de 2018, nós falamos sobre uma projeção de déficit de mais de R\$ 700 milhões. A gente sabe que o próprio Orçamento de Porto Alegre está amarrado por muitos e muitos anos, por décadas, diferentes Governos, diferentes partidos concederam aquilo que a gente não tinha como arcar. Nós queríamos – e, por muito tempo, queremos – café da manhã, almoço, janta, mas, neste momento, a gente não tem como pagar por mais que uma refeição.

Eu parablenizo o Ver. Nedel e os demais Vereadores pela condução da LDO aqui na Casa, também do Orçamento. Acho que a reflexão que o Ver. Cassio trouxe à tribuna é muito válida, de fato. Pelo montante de emendas que foram apresentadas e pelo que a gente conseguiu apreciar, acho que foi uma discussão bastante produtiva, mas eu queria propor a reflexão de que a gente saiba que nesta discussão de Orçamento – virão outras no ano que vem e no próximo ano –, a gente tenha a mesma indignação com rejeição de emendas no momento em que a gente for apreciar projetos que aumentam os gastos, porque são os aumentos de gastos sem ter recursos para sustentá-los que fazem com que a gente tenha que vetar projetos que são importantes. A gente sabe que para o vendedor de café, que tenha cafezinho à tarde; que para o vendedor do café da manhã, que as pessoas o tomem; que para o dono do restaurante, que exista o almoço, jantar. Uma série de emendas orçamentárias que estamos analisando aqui são relevantes, mas há que se ter prioridades e, principalmente, recursos.

Por isso, eu critiquei o populismo do Governo, ao propor um projeto orçamentário que já previa um déficit de R\$ 700 milhões – e eu falei isso, quando o Secretário da Fazenda esteve aqui –, apesar de saber que haverá esse déficit projetado, apresenta um aumento no Orçamento para a Saúde e Educação. Óbvio que são áreas prioritárias, mas se ele sabe que não vai haver dinheiro para fechar as contas, por que aumentar nessas áreas, se não para atrair alguma simpatia?

Sabemos que essas décadas de concessões de gastos, que foram feitas também com a anuência da Câmara Municipal, produziram esse estado caótico de coisas. Eu diria que se a gente tivesse que ter alguma prioridade e, se fizemos uma reflexão sobre o que virá daqui para frente, já que estamos em uma situação financeira delicada, é que a gente pensasse na função do próprio Estado, do Município, do Governo do Estado, do País, que é prover segurança: jurídica para as pessoas empreenderem, para que tenham a vida preservada, suas propriedades respeitadas, para firmarem contratos. Então que nos guiemos pelas funções elementares do Estado para dali em diante irmos avançando no que é prioritário na hora de se definir um orçamento seja no Município, no Estado ou na Federação. Agora, quando começarmos a fazer os encaminhamentos, vamos entrar nas especificidades de cada um dos temas. Mas que fique esse aprendizado. Estou entrando no meu segundo ano como parlamentar desta Casa, o que me honra muito, mas que a gente aprenda e se desenvolva a partir desse debate. Sim, faltará recurso este ano, no ano que vem também. Enquanto não soubermos selecionar as prioridades para Porto Alegre, aquilo que realmente ela necessita, nós debateremos e ficaremos indignados com uma série de coisas e programas interessantíssimos, mas que não haverá dinheiro para custeá-los. Muito obrigado, estou à disposição para debater os demais temas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autor.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pois é, nós tivemos essa emenda, ao Orçamento, aprovada. Na realidade, todos sabem, os que votaram favoravelmente, que não é dinheiro para as entidades carnavalescas, foi um dinheiro proposto para cumprir uma lei que está em vigor, que é a Lei Dilamar Machado, que determina que a Prefeitura tem que dar a estrutura para os desfiles de carnaval. Na realidade, em função da falta de estrutura, as escolas tiveram que se reunir e anunciar que Porto Alegre não terá carnaval, pela primeira vez. Sábado, por exemplo, as escolas de samba vão desfilar no carnaval de Canoas, onde o Prefeito, além de montar a estrutura, foi com os carnavalescos à iniciativa privada em busca de apoio.

No fim de semana agora, tivemos o carnaval de Uruguaiana, que é um carnaval belíssimo. Lá, o Prefeito também foi com as entidades carnavalescas à iniciativa privada buscar apoio. Aqui o Governo, além de negar qualquer tipo de apoio, o Prefeito não fez sequer um telefone para tentar convencer os empresários de que, por trás do desfile das escolas de samba, tem uma cadeia produtiva de pessoas que ganham o dia a dia, ali, vendendo as bebidas, o churrasquinho.

Então, essa emenda era para a estrutura, arquibancadas e som. Frente à falta de interesse do Governo, teremos, agora no dia 24, um desfile não competitivo na Av. Beira Rio, sem arquibancada, sem banheiros químicos, porque Prefeitura não quer dar nada. Inclusive eu quero dizer aqui, primeiro pedir aos companheiros para que a gente consiga derrubar esse veto. E pelo menos, vamos ter o dinheiro para alugar os banheiros químicos, no dia 24, para dar condições, pelo menos, para o desfile e para as pessoas que irão ali. Quero dizer aqui que tem um decreto do Prefeito Marchezan criando esse escritório de eventos. Agora, para fazer um evento de rua tem que pagar à Prefeitura. Em vez de a Prefeitura oferecer estrutura, é preciso pagar. E eu já contei a história do Sesc aqui. O Sesc, todos os anos em dezembro, faz um *show* gratuito na Redenção para as pessoas que não têm condições de irem a um teatro. Já trouxe a Alcione, o Zeca Pagodinho e, em dezembro passado, a OSPA, com a Fafá de Belém. A Fabá de Belém cobrou 30 mil reais de cachê, e a SMAMS cobrou R\$ 28 mil do Sesc para poder botar o palco no espelho d'água para a Fafá de Belém cantar. Então, tem um decreto nesse sentido, inclusive atingindo eventos culturais, religiosos de todos os tipos. E o impressionante é que o Crivella fez um igual e eu não sei quem copiou de quem, só que lá, um deputado foi à Justiça do Rio e ganhou. Eu recebi a ação ontem e vou à Justiça. Está certo, quando um evento tem fins lucrativos, tem que determinar uma taxa porque tem limpeza, tem uma série de coisas. Agora os eventos sem fins lucrativos? Por exemplo, os blocos da Cidade Baixa pagaram R\$ 10, R\$ 12 mil para poderem desfilar. Então, meus colegas Vereadores e Vereadoras, eu peço a gentileza do voto para que possamos derrubar esse veto e, quem sabe, possamos ter, pelo menos, banheiros químicos na Av. Beira Rio, no dia 24. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL: Ver. Mauro, colegas, senhoras e senhores, o Ver. Bosco lembrou dois princípios que são fundamentais, na tarde de hoje. Agora ele lembra a questão do espaço público. Espaço público é do uso comum do povo, está escrito, está na lei, uso comum do povo. Se eu quiser fazer um piquenique no Parque Farroupilha, eu vou fazer um piquenique no Parque Farroupilha. Por óbvio: uso comum do povo. Na Praça da Matriz, com aquela balbúrdia... O Ramiro escreve um artigo no jornal, hoje. Pelo amor de Deus! Vamos nos respeitar! Vão à Praça da Matriz para ver o que é a Praça da Matriz. Eu só queria ver se o Dom Vicente Scherer viesse novamente e adentrasse à Praça da Matriz. Ia dar um troço no velho. Adota! Muito bem, a Prefeitura não deixa adotar. A Prefeitura não deixa adotar! Porque é uma burocracia tal, sei de vários casos que estão mofando, tem um caso meu da Praça Berta Starosta, no Rio Branco, que eu não tenho resposta. Eu levei o pessoal lá para resolver o problema da Praça Berta Starosta. A Prefeitura não deixa, a Prefeitura não quer, ou melhor, o

Prefeito, o Chefe do Paço Municipal não quer. Essa que é a questão. Vamos falar franca e abertamente. Carnaval. Todos os problemas que estão havendo na Cidade não são o problema do carnaval, é o problema de falta de gestão. É claro que, se você tem uma multidão na rua, não tem banheiro químico, vai dar problema; não tem lixeira, vai dar problema. Para que existe o gestor público? O agente de trânsito tem que estar lá, tem que estar orientando, e só vai botar a multa quando tem que multar, mas quando tem que multar de fato, para educar, eu não estou vendo. Agora ficar escondido, coisa do tipo, coisa mal explicada, isso sim. Agora, cara a cara, tem que fazer a discussão. Se o cidadão transgride, tem que cobrar. Se o cidadão transgride, tem que cobrar, agora, nós também temos o direito de cobrar a questão do uso do espaço público. Aí, se houver uma efetividade, uma efeméride, um evento, sem fins lucrativos: “Ah, vai ter que ter o apoio de uma pessoa”. Quer dizer, se eu resolvo ajudar a Parada Gay, a Parada Livre, ou qualquer outra festa: “Ah, não, recebeu um dinheiro do Adeli, tem patrocínio, então tem que cobrar”. Que história é essa? Onde está escrito isso? Com base no quê? O Governo está começando a cobrar uso de praça? Claro que, se é para fazer um evento, com fins lucrativos, tudo bem, todo mundo ganha. Essa é a Cidade que nós queremos. Eu digo mais: quero uma Cidade funcionando 24 por dia. Pode funcionar? Claro que pode funcionar. Outras cidades do mundo funcionam 24 horas por dia. E não precisa ir longe. Existem cidades na Argentina, no Chile, que são impressionantes – são bonitas, limpas, tem flores –, mas, aqui?! Vejam a situação da Rua da Praia! “Não, tem que curar a Cidade”. O que tem que fazer é arrumar os buracos do calçamento da Rua da Praia. “Ah, mas não tem dinheiro”. Mas não tem dinheiro para livros, para tapar buraco, para roçar, para medicamentos, então, onde é que está o dinheiro? Carro locado, provavelmente. A liderança do Governo não vem dizer quantos carros locados ainda tem! Diziam que o outro governo tinha. E tinha mesmo, era uma barbaridade. Telefone celular: quanto este Governo está gastando em telefone celular? Ninguém vem explicar, a transparência é zero! Serviços terceirizados: a gente já viu que o lanchinho no Paço Municipal é caro, agora, dinheiro para carnaval não tem. Nós queremos R\$ 1 milhão à emenda, Bosco. Chamem os colegas, vamos juntos, vamos votar no Adote, vamos votar na emenda do carnaval. Juntos, venceremos! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu serei rápida, eu só quero contestar, Ver. Camozzato, em relação à argumentação que fazes com tranquilidade, que ela merece uma outra visão. Primeiro, eu acho muito degradante, depreciativa, sobre a ação dos Vereadores e Vereadoras, a analogia que fizeste de que tem o Vereador do café da manhã, do jantar, dos escritores, como se nós funcionássemos num clientelismo vil sem um compromisso geral com a Cidade, com políticas públicas – assim eu entendi. A

segunda questão é dizer que argumentar com um déficit é estranho, porque até o próprio Governo divulga que a Prefeitura só teve superávit nos dois primeiros anos do Prefeito Fogaça, até o Secretário das Finanças tem dito que o ex-prefeito Fortunati fechou em déficit, que todos esses anos estava com despesas maiores que as receitas. Essa é a fala do Secretário da Fazenda aqui, nas Comissões, nos jornais. No entanto, gostaria de lembrar que o Adote um Escritor, por exemplo, no último ano do ex-prefeito Fortunati, teve quase R\$ 1 milhão de recursos investidos em leitura, investidos em livros, em literatura, e até no vale-cultura para os profissionais. E sabemos que não existe vida fácil para nenhum gestor. Estava conversando com o ex-prefeito de Alvorada e eles pagaram integralmente o 13º salário, com todas as dificuldades – e eu nem me lembrava –, estavam com recuperação e ainda com uma inflação trimestral no ano passado, assim como a maioria das cidades deste Estado pagou integralmente o 13º salário. Poderia dar tantos outros exemplos e deixo muito claro que o Orçamento é escolha política; o Orçamento é sempre resultado de uma escolha. Quando o Prefeito Marchezan suprimiu a participação popular, no ano passado, não teve Orçamento Participativo, não perguntou para ninguém quais são as melhores escolhas dentro de um orçamento justo, é justo, então, que a comunidade venha procurar apoio através da Câmara Municipal, e construir através de emendas a impressão de temas que não estão resolvidos ou cobertos. Na verdade, Ver. Bosco, o carnaval resiste. Eu nunca vi a atividade de carnaval tão pujante, tão forte, não rebelde como em Porto Alegre; os blocos de carnaval na Cidade Baixa, que estão causando um drama para os moradores, só mostram a vitalidade dessa cultura popular e o descaso da Prefeitura com essa manifestação popular. As escolas que viviam do repasse de verbas não conseguiram fazer o carnaval competitivo, agora os blocos estão na rua. E por que os moradores estão indignados – nossas queridas Vereadoras que estão assumindo esta semana –, aqui na Cidade Baixa? Porque em outros tempos, mesmo com dificuldades orçamentárias, o DMLU, com recursos próprios, ou a contratada... O carnaval ia acontecendo e eles estavam limpando ali na Cidade Baixa, estavam recolhendo lixo, estavam participando do evento, já para a cidade amanhecer limpíssima, pronta para o uso do cotidiano. Essa sempre foi a nossa realidade do carnaval. A realidade é que a manifestação social tinha a presença da Prefeitura. A Prefeitura não precisa nem botar dinheiro, quando ela consegue, é de forma articulada, porque respeita, porque lê o que acontece na cidade, colocar os seus serviços à disposição da manifestação popular. Portanto, se isso tivesse acontecido, não tinha crise nos diferentes lugares aonde os blocos vão passando. Há uma rechaça da população da Cidade Baixa ao bloco de rua, e até do bairro Bela Vista, não querendo o Saint Patrick's Day. Claro, é porque a Prefeitura está ausente. Se a Prefeitura e o Governo do Estado estão presentes com a segurança, com a limpeza, com atividades, inclusive, de prevenção ao uso de drogas, uso de camisinha, enfim, é só acionar os seus serviços. Qual é o problema? O problema é que a Prefeitura preferiu brigar e desprezar o funcionalismo público, que é o serviço que ela pode oferecer. Portanto, nós vamos votar para derrubar o veto do carnaval, denunciando a ausência da articulação, do diálogo do Governo junto às manifestações populares, e o esforço que

faz a população para manter esta Cidade viva, com qualidade de vida e acolhendo o direito à cultura do seu povo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Quero solicitar ao Ver. Adeli que não necessita subir à tribuna para cobrar os dados relacionados ao Governo, apesar de que aqui seja o local ideal para se comunicar com a sociedade de Porto Alegre. Todos os dados estão sempre à disposição na liderança, e para ser bem objetivo, nós conseguimos economizar na telefonia móvel, em relação a 2016, como referência 2017, 41%. Para todos os outros serviços que forem solicitados nós temos todas as respostas, como para todos os 36 Vereadores aqui. A economia que fizemos em 2017 em relação ao custeio foi de menos 4,2%; investimento, menos 21% de custo; dívida menos de 14%. Só aumentou, infelizmente, a folha de pagamento; só aumentou, infelizmente, o custo do servidor público para a nossa Cidade. Então é fundamental que nós tenhamos um olhar crítico, cirúrgico em relação às despesas de pessoal de Porto Alegre, porque nós já estamos ultrapassando o limite que a Lei de Responsabilidade Fiscal coloca como impedimento.

Ver. Adeli, estou trazendo os dados e quero sempre colocar esses dados à disposição, a nossa Liderança tem à disposição esses dados. Então, por favor, pessoa, vamos ter um pouquinho mais até de respeito com a Liderança nesta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Colegas Vereadores, público que nos assiste, o Prefeito, que não gosta de pobre, podia aproveitar hoje o dia, quando se abre uma janela para os Deputados trocarem de partido, já que ele acha que está fazendo uma boa administração, para renunciar à Prefeitura de Porto Alegre e concorrer a Deputado Federal por outro partido. Não gosta de pobre, porque ele mente para pobre. O Prefeito foi lá nas escolas de samba e tocou bumbo, tocou caxeta, tocou pandeiro, tocou o inferno nas escolas de samba e prometeu que não ia acabar com o carnaval, que não ia mexer no carnaval, que não ia deixar o samba morrer, que não ia deixar o samba acabar, que a Restinga foi feita de samba e que o samba não ia morrer na cidade de Porto Alegre, mas ele enterrou as escolas de samba em Porto Alegre. Isso é falta de competência, meramente falta de competência, porque ele sabia que ia ter o carnaval de

Porto Alegre. Todo mundo sabe que tem a procissão de Nossa Senhora de Navegante, que nem tem o desfile de carnaval; todo mundo sabe que tem a procissão de São Jorge, que nem tem o desfile de carnaval; todo mundo sabe que tem a procissão de Santa Rita, que nem tem o desfile de carnaval; todo mundo sabe que tem a procissão de Nossa Senhora do Trabalho, que nem tem o carnaval; todo mundo sabe que tem a procissão de Nossa Senhora Aparecida, protetora dos motoqueiros, que nem tem o carnaval. Aí, ele não se organiza, ele é um desorganizado, um completo desorganizado que não sabe nada! Ele não poderia ter procurado empresas privadas para patrocinar o carnaval de Porto Alegre? O Secretário Ricardo Gomes, quando foi procurado, agilizou rapidamente a procissão do Morro da Cruz! A sua Secretaria agilizou rapidamente. Eu e o Ver. Oliboni procuramos o Secretário que agilizou a procissão do Morro da Cruz, através de uma empresa de Porto Alegre. Se quisesse, tinha procurado; agora, tem uma lei nesta Casa que tem que ser respeitada, que diz que o Município de Porto Alegre vai dar a infraestrutura para o carnaval. Então, não venha querer jogar a população de Porto Alegre, dizendo que fez bonito. Várias cidades não usam recurso público para o carnaval, mas fizeram o carnaval sucumbir, buscaram recursos privados, não se omitiram, não se esconderam; durante a campanha eleitoral não foram até as escolas de samba e depois fugiram das escolas de samba. O Prefeito não estava preparado para ganhar essa eleição, isso se prova diariamente! No segundo turno ele deveria ter feito a campanha contrária, devia ter dito: olha, cheguei até aqui, agora votem no Melo, deixem-me voltar para Brasília porque eu nasci para o Legislativo, não nasci para o Executivo, era muito mais bonito. O Prefeito acha que continua num palanque, num parlamento, num púlpito. Eu sou um homem de Legislativo, talvez o meu partido, um dia, me prepare para o Executivo. O Prefeito sempre foi um homem de legislativo, nunca foi um homem de Executivo, isso se prova a cada dia, quando o Prefeito diz uma coisa e faz outra. O Prefeito comprova, diariamente, que não gosta de pobre, quando tira o carnaval; quando tira a cultura; quando tira as praças, onde as gramas passam de um metro e as crianças não podem brincar nessas praças; quando tira a merenda escolar, limitando a uma merenda só por dia nas escolas do Município; quando o Prefeito não permite que as pessoas se divirtam na Cidade Baixa; quando tira o direito à leitura das crianças pobres da cidade de Porto Alegre; quando não conhece a realidade das pessoas pobres, de uma criança que precisa pegar um ônibus para vir estudar numa escola um pouquinho melhor e necessita dos 50% da passagem escolar. Aí quer fazer política em cima das pessoas mais humildes da cidade de Porto Alegre, os quais tenham, talvez, como o único divertimento ao ano pegar a sua cadeirinha e ir para a avenida ver as escolas de samba passarem. Talvez o único divertimento das pessoas pobres desta Cidade, essas pessoas bem humildes que moram nos rincões da cidade de Porto Alegre, é ver as escolas de samba das nossas comunidades passarem. E a única coisa que as pessoas façam seja botar uma sandaliazinha, um chinelo nos pés e desfilar na avenida, sendo o seu apogeu – e o Prefeito tira esse direito que a população humilde e pobre de Porto Alegre tem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. João Bosco Vaz, o carnaval já passou, não precisamos de um milhão para o carnaval que já passou. Vossa Excelência veio aqui e disse que precisa de algum recurso para os banheiros químicos. Eu tenho certeza que o senhor está ao lado de uma pessoa que tem colaborado fortemente com a sociedade de Porto Alegre. Eu tenho certeza que o Ver. Cláudio Janta, o qual conheço muito bem, é extremamente colaborador, vai resolver o problema dos banheiros químicos que o Ver. João Bosco Vaz aqui falou. Mas a emenda do Ver. João Bosco, como diz o Ver. João Dib, é legal e regimental – retirou recursos da reserva de contingência, e foi a Emenda nº 01. Só que depois foram emitidos mais 148 emendas, e várias emendas retiraram recurso também da reserva de contingência, mas o Vereador teve preferência porque foi o número um, só que a sua emenda não foi aprovada e as outras emendas foram, então já não tem mais recursos da reserva de contingência. Eu acho que nós precisamos realmente economizar, e economizamos R\$ 1 milhão, quem sabe o Prefeito agora possa pagar o salário dos funcionários em dia. Portanto vou aceitar o veto do Sr. Prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 01 por 17 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Adeli Sell. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 17h57min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2921/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 060/17, de autoria do Ver. Baba Diba de Yemonja, que altera o inc. III do art. 216 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre os direitos e deveres dos vereadores.

PROC. Nº 3195/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o Diploma Honra ao Mérito à professora Cláudia dos Santos Acosta.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1809/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 209/17, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que determina a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e à prevenção e ao combate do machismo pela rede municipal de ensino. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 3059/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 345/17, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Luis Antonio Grisolio.

PROC. Nº 3074/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 347/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Roberto Barck.

PROC. Nº 0129/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o PR nº 060/17 está correndo a 1ª Sessão de Pauta, Projeto de Resolução de autoria do Ver. Baba Diba que quer alterar o nosso Regimento no sentido de permitir que os Vereadores, além do terno e da gravata e do traje gaúcho, possam usar outras vestimentas, principalmente as religiosas, que os líderes religiosos possam usar as vestimentas da sua religião quando estiverem no Plenário. No Congresso Nacional já é permitido usar vestimenta típica de cada região assim como o traje religioso. Então, chega esse projeto aqui nesta Casa de grande relevância.

O que nós vimos aqui novamente foi o que está se falando: o Prefeito, que não gosta de pobre, reafirmou aqui o que não fez na campanha. Na campanha, visitou as escolas de samba de Porto Alegre, participou de muamba, participou de ensaios nas escolas de samba, e agora o Prefeito, que não gosta de pobre, que detesta pobre, inviabiliza uma emenda que ia permitir que as escolas de samba que vão desfilar no dia 24 em Porto Alegre na orla de Porto Alegre, essas escolas tivessem um recurso mínimo de infraestrutura neste carnaval, como bretes, banheiros, uma infraestrutura mínima para realizar esse evento. Então, a Prefeitura novamente, através de seu Prefeito, tira várias coisas da população mais necessitada de Porto Alegre, dos pobres de Porto Alegre, como o direito de usar as praças, o direito de levar o seu ente querido com uma doença terminal a um hospital beneficiado pela isenção do sistema de transporte, tira o direito do estudante pobre, de Porto Alegre, da meia passagem, tira o direito das pessoas pobres de usarem a segunda passagem nas vilas pobres de Porto Alegre, porque não gosta de pobre, tira a baldeação no sistema de transporte, e agora tira o único divertimento da população de Porto Alegre, da periferia de Porto Alegre, onde se movimenta algum recurso, nas pequenas comunidades de Porto Alegre, que é o desfile do carnaval de Porto Alegre. Eles vão desfilar em Guaíba, na região carbonífera, no litoral, algumas alas foram desfilar em Uruguaiana e por todo o Rio Grande do Sul. Várias cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, até em Minas Gerais - que não tem essa tradição de carnaval - entrou para os cofres públicos milhões de reais com o carnaval. Há uma semana Uruguaiana mostrou que é possível entrar dinheiro para o carnaval sem usar recursos públicos. Outras cidades do Rio Grande do Sul têm provado isso sem usar recursos públicos. O que falta é criatividade do Governo e realmente se identificar com a cultura popular, com as populações mais pobres, se identificar com os pobres da cidade. O Prefeito realmente não estava preparado para governar esta Cidade, um Prefeito que tem tendências a tirar tudo o que a população mais humilde da Cidade necessita: praças, parques, a cultura popular, se locomover nesta Cidade, porque realmente não gosta dos pobres. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Está em 2^a discussão preliminar de Pauta o projeto ao combate contra o machismo pela rede municipal de ensino. Eu quero que esse tema seja um tema em que as nossas escolas, a nossa sociedade se apropriem da sua importância. Se a escola não parar para pensar que ela compõe o processo de construção de cada menino e de cada menina, que ele será, se tornará um menino e uma menina – um menino, no caso, machista, e a menina, talvez, submetida, talvez marginalizada só por ser mulher, ou agredida só por ser mulher – e que é possível formar sujeitos, meninos e meninas de outro jeito, completamente diferente, igualitários, sem preconceito, que aprendam a se respeitar uns aos outros, que aprendam

a enxergar a mulher como um ser igual a si, se nós descobirmos a potência desta nova construção, nós podemos, talvez, sonhar com uma sociedade onde a mulher não seja oprimida nem sofra violência como nós estamos vivendo.

Eu insisto e afirmo que, se de um lado nós já, pela luta das mulheres, escrevemos legislações fortes, claras, que consideram crimes inafiançáveis, crimes contra a vida, contra a integridade física das mulheres, nós temos poucos instrumentos ainda que façam esta legislação ser realizada na vida – legislação que fala em prevenção, legislação que fala diante da denúncia à proteção da mulher, legislação que fala da exigência de uma rede de proteção a partir do risco, da vulnerabilidade. Se não temos instrumentos ainda para fazer cumprir estas legislações, ainda menos nós conseguimos barrar a produção da desigualdade, do machismo e do sexismo na sociedade. E barrar esta produção é a tarefa da educação. E de uma educação para além dos muros da escola. É a tarefa da educação na escolha do currículo, na hora de escolher as intervenções pedagógicas, na hora de avaliar os livros didáticos, na hora de avaliar as histórias, a literatura. É possível a predeterminação da mulher, porque parece incrível, mas a mulher ainda aparece como a dona do lar, como a mãe amorosa, como a única responsável pelos filhos, única responsável pelas tarefas da vida e do cuidado com a vida no livro didático, nos textos, no cotidiano e, inclusive, das religiões. Então, na hora de escolher o currículo, de determinar as estratégias pedagógicas, de escolher os brinquedos na escola, de intervir no recreio, de intervir no refeitório, na escolha da alimentação, no cotidiano da escola, na avaliação, na forma de como organizar as turmas, como determinar tarefas para meninos e meninas, a escola tem que ter uma intencionalidade de ruptura com a predeterminação da mulher para as tarefas mais simples, para um lugar de menos política, de menos poder, de menos intervenção na sociedade. E é isso que nós queremos com o projeto Educação contra o Machismo. Nós queremos que as professoras e os professores tenham apoio para mudar este currículo; que as professoras e os professores tenham alternativas didáticas, tenham alternativas dentro da escola de espaço, de parcerias, tanto com as entidades que trabalham com o tema das mulheres, quanto com as universidades, que têm que mudar a formação de professores. E nós queremos que a escola encharque este currículo libertador também nas comunidades, porque o senso comum conservador, infelizmente, ainda é a forma com que os nossos meninos e meninas são criados, são educados dentro da maioria das famílias. Infelizmente, porque as mães precisam ensinar às meninas os valores pelos quais elas foram ensinadas. Ajudar estas mães, ajudar estes pais, ajudar estes irmãos, tios e avós a refletirem sobre a condição da mulher junto à escola, participando de um projeto pedagógico transformador é também tarefa da escola, se quiserem formar meninos e meninas igualitários. Portanto, não é um projeto que cria uma nova disciplina; não é um projeto que interfere no fazer pedagógico; é um projeto que possibilita programas, apoio, suporte para a escola fazer as suas escolhas curriculares, que não sejam mais escolhas que reproduzam o sexismo, mas que sejam escolhas que construam homens e mulheres livres, libertos, democráticos e igualitários. Escolas sem machismo é o fim da produção do machismo na sociedade, da reprodução do machismo na sociedade e do sexismo, e, assim, com a garantia, com a luta para que as demais

legislações sejam cumpridas, sejam punidos os agressores, que tenha uma rede de atendimento à mulher, nós vamos banir o machismo de nossa sociedade. Viva a vida das mulheres!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h08min.)

* * * * *